

QUALQUER PESSOA PODE

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS



A ESPERANÇA DE UM MUNDO PLENO DE DIREITOS HUMANOS

DEFESA DO AMBIENTE

Quando os jovens dão
o exemplo

DIREITOS HUMANOS NO ESPAÇO EUROPEU

Balanço da Presidência
Portuguesa da UE

CRISE ALIMENTAR NO SUL DE ANGOLA

Entrevista ao padre
Jacinto Pio Wacussanga



08

As desigualdades no acesso à educação resultantes da pandemia



12

Dossiê – LAR: Um projeto de acolhimento e integração de refugiados



20

Agnès Callamard – a nova secretária-geral da Amnistia Internacional



28

A arte como mensageira dos direitos humanos



38

Outros Olhares: Estudar aqui!



Foto de capa:
© Mohammed Abdulsamad /
The WalkingPadradox

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Gráfismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número: Alexandre Kweh, Ana Patrícia Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, Francisco Colaço Pedro, José Alexandre Silva, Maria João Mautempo, Margarida Oliveira, Cláudia Ferreira, Sílvia Carvalho d'Almeida, Sofia Craveiro e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

A esperança de um futuro pleno de Direitos Humanos

“Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos”, a famosa frase com que Charles Dickens abre um dos seus mais conhecidos livros, com um profundo realismo e preocupação com as desigualdades sociais existentes, retrata uma época de opostos radicais em simultâneo. De alguma forma, sinto que, atualmente, vivemos um tempo em que também vemos o melhor da humanidade elevar-se para enfrentar o maior dos desafios, que nos trouxe o pior dos tempos. A resposta à pandemia tem sido díspar em todos os sentidos, com a soma de novos desafios, num mundo em que as violações de direitos humanos continuam sem dar tréguas.

Por exemplo, todos nos lembramos das imagens desoladoras de pessoas em sofrimento com a crise provocada pela COVID-19 na Índia, ao mesmo tempo que a atuação das organizações da sociedade civil, e todas as vozes dissidentes, prosseguem reprimidas e silenciadas. Em Angola, a fome continua a matar pela sobreposição dos interesses económicos de fazendeiros privados aos direitos básicos das populações. Na faixa de Gaza, mantêm-se as violações de direitos humanos dos civis, que enfrentam bombardeamentos a áreas residenciais, destruição e mortes. O mundo – e cada uma das pessoas que esta expressão engloba - continua a enfrentar inúmeros desafios e violações de direitos humanos enquanto, em

simultâneo, necessita urgentemente de combater a pandemia. As desigualdades permanecem em todos os campos, incluindo no acesso à educação, com dados desoladores: o confinamento afetou cerca de 1,6 mil milhões de crianças e jovens e, pelo menos, 463 milhões de estudantes não tiveram acesso a ensino remoto. Além disso, segundo estimativas da ONU, cerca de 23,8 milhões de crianças e jovens serão obrigados a desistir da escola no próximo ano letivo devido ao impacto económico da pandemia.

A vacinação universal é urgente, extremamente necessária, e uma das formas que mais esperança pode trazer, mas sempre em risco enquanto os interesses económicos das farmacêuticas e nacionalistas dos países prevalecerem. É fundamental alargar a criação de vacinas, democratizando efetivamente o seu acesso, o que só será possível quando as empresas farmacêuticas partilharem o seu conhecimento e tecnologia, para que mais empresas possam (re) produzir doses das vacinas que já demonstraram e comprovaram sucesso de forma segura e eficaz.

Mas a esperança faz-nos prosseguir, e muitos são os exemplos de que a humanidade continuará, por um mundo melhor e pleno de direitos humanos. A Arte revela-nos exemplos dessa resiliência, tantas vezes

argumentada pela estética e pela metáfora, porque a dissidência não é permitida. Esse exemplo é também trazido por seis jovens que tiveram a coragem de enfrentar 33 Estados, num caso que lembra os contornos de ‘David contra Goliás’ e nos mostra que, quando acreditamos, conseguimos mover montanhas.

Essa esperança cria também projetos como o LAR, um exemplo de inovação social para uma resposta efetiva a um problema. Utiliza casas devolutas e terrenos abandonados para permitir a integração efetiva de famílias refugiadas, por agora na zona da Guarda. As pessoas que fazem parte do projeto contam-nos como mudou as suas vidas e lhes permitiu novamente viver - e sonhar - em dignidade.

Junte-se por isso a nós, à revista AGIR, porque o mundo precisa desta nossa conjunta esperança num futuro pleno de Direitos Humanos.

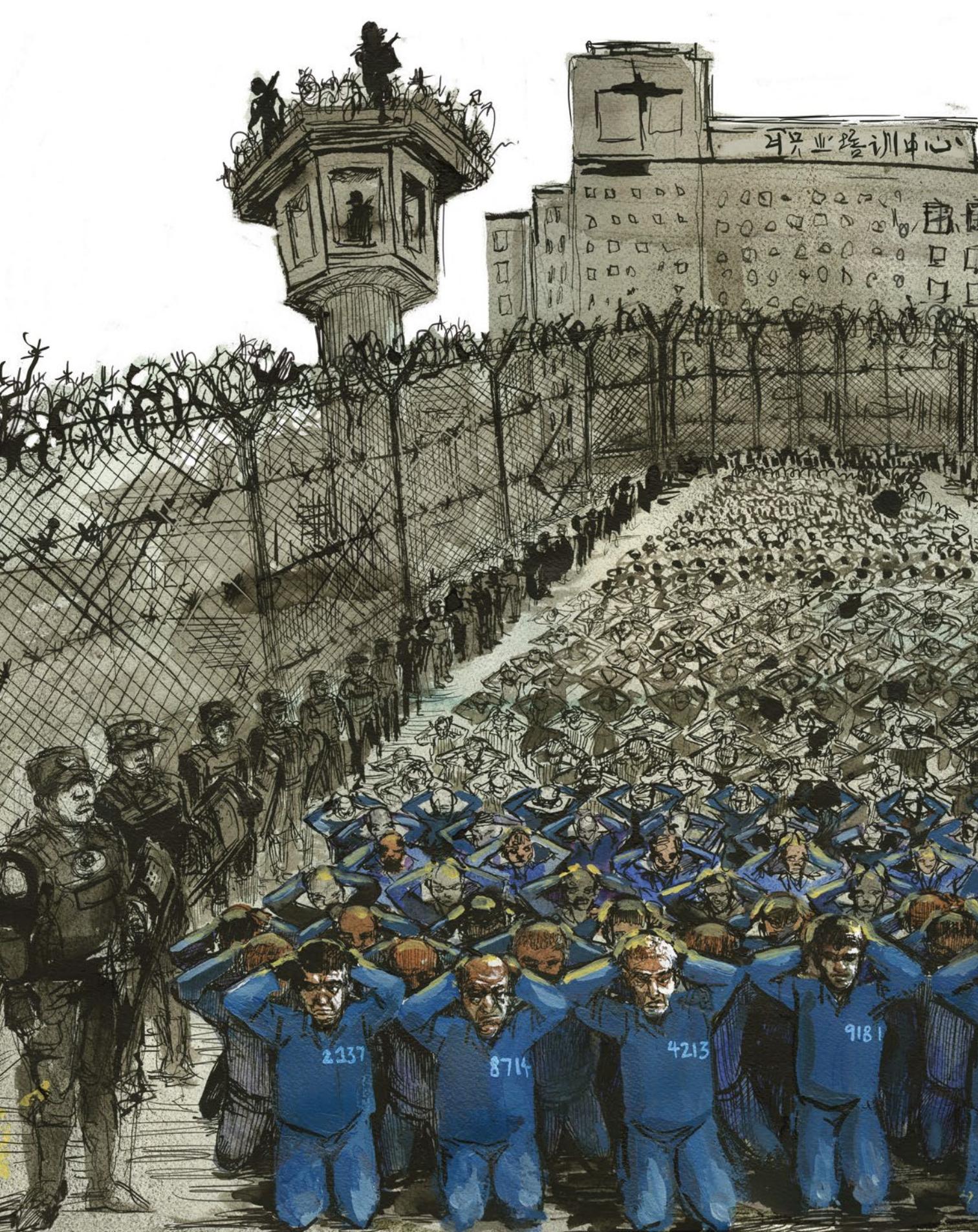


ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

4ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-amnistia/





© Molly Crabapple

Na Região Autónoma de Xinjiang, na China, uigures, cazaques e outras minorias étnicas predominantemente muçulmanas, enfrentam prisão em massa, tortura e perseguições sistemáticas, organizadas pelo governo chinês. Novos testemunhos de ex-detidos, dados a conhecer num recente relatório da Amnistia Internacional, detalham as medidas extremas aplicadas pelas autoridades chinesas desde 2017 para erradicar as tradições religiosas, práticas culturais e idiomas locais dos grupos étnicos muçulmanos da região.

As populações de etnia uigur, cazaque, hui, quirguiz, uzbeque e tadjique são os principais alvos da repressão. Esta atuação das autoridades chinesas, que apontam como pretexto o combate ao “terrorismo”, constitui crime contra a humanidade.

A China criou um dos mais sofisticados sistemas de vigilância do mundo e uma vasta rede de centenas de centros de “transformação-pela-educação” por toda a região de Xinjiang. Nestas instalações que são na prática campos de internamento, a tortura e outros maus-tratos são sistemáticos.

Conheça o relatório em:
www.amnistia.pt/china-xinjiang/





© Alii Jarrar / Amnesty International

Uma investigação recente da Amnistia Internacional revela que os governos dos Estados Unidos da América (EUA) e do México continuam a forçar o retorno de dezenas de milhares de crianças desacompanhadas, sem os procedimentos e a proteção adequada contra os perigos que possam enfrentar no regresso aos países de onde fugiram.

Desde a tomada de posse de Joe Biden, em janeiro de 2021, cerca de 50 mil crianças migrantes não-acompanhadas cruzaram a fronteira para os EUA em busca de segurança – muitas delas separando-se das suas famílias, que permaneceram retidas no norte do México, depois de não terem sido autorizadas a pedir asilo na fronteira EUA-México.

A legislação norte-americana exige que os casos das crianças mexicanas não-acompanhadas sejam analisados antes de qualquer regresso, a fim de garantir que as mesmas não serão vítimas de tráfico, nem sofrerem consequências. Contudo, diversos advogados, representantes de abrigos para crianças e autoridades de proteção de menores no México, relataram que os EUA obrigam ao retorno forçado a quase todas as crianças mexicanas desacompanhadas, mesmo nos casos em que elas procuravam asilo nos EUA por não estarem seguras no México.

AS DESIGUALDADES NO ACESSO À EDUCAÇÃO RESULTANTES DA PANDEMIA

Em setembro quando se iniciar mais um ano letivo, impõe-se a reflexão sobre como a pandemia da COVID-19 veio acentuar as desigualdades socioeconômicas pré-existentes no meio escolar.



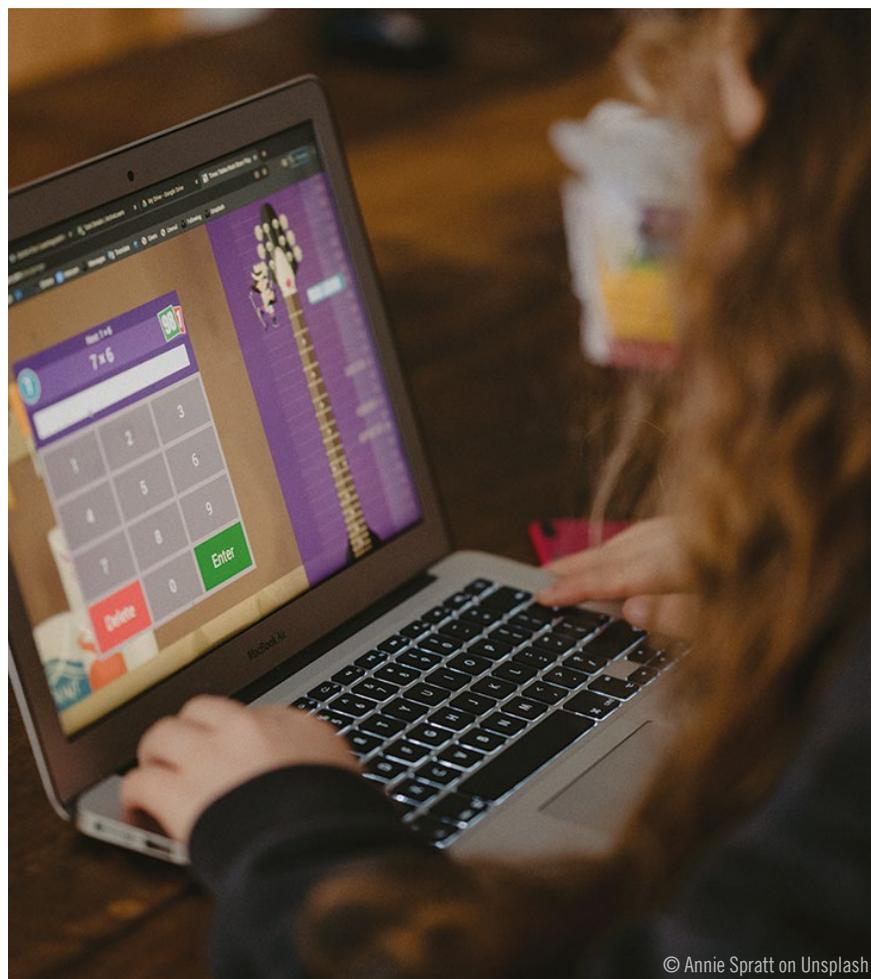


Em março de 2020, as escolas fecharam portas por causa do vírus e o ensino online à distância substituiu o ensino presencial. Se nos países desenvolvidos, sobretudo na Europa e América do Norte, esta foi uma medida que permitiu acelerar a introdução da tecnologia no quotidiano das aulas, para um número devastador de alunos dos países em vias de desenvolvimento, significou um corte abrupto na aprendizagem. Segundo um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o confinamento afetou diretamente cerca de 1,6 mil milhões de crianças e jovens, em mais de 190 países, e a UNICEF estima que não houve qualquer ensino remoto para, pelo menos, 463 milhões de estudantes. O impacto da COVID-19 está à vista e terá consequências a longo prazo, com a ONU a estimar que, no próximo ano letivo, cerca de 23,8 milhões de crianças e jovens se vejam obrigados a desistir da escola devido ao impacto económico da pandemia. Os dados vêm reforçar uma questão pré-existente à disseminação do vírus: uma em cada cinco crianças no mundo está atualmente fora da escola. E se o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que “todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais”, a

verdade é que há um longo caminho a percorrer para que estes princípios sejam aplicados de forma contínua e igualitária. “Impedir que a crise de aprendizagem se torne uma catástrofe geracional tem de ser uma prioridade máxima para os líderes mundiais e para o conjunto comunidade educativa. Esta é a melhor forma de proteger os direitos de milhões de crianças e de impulsionar o progresso económico, o desenvolvimento sustentável e a paz”, alerta a ONU.

A UNICEF estima que a maioria das crianças na Tailândia, por exemplo, não estava preparada para a educação online devido à falta de dispositivos; falta de acesso à Internet; e adultos sem competências informáticas para ajudar as crianças, entre outros. No Gana, 39,4% das crianças que frequentam o ensino primário e secundário não têm acesso a computadores e 33,2% carecem de materiais como manuais. As crianças que vivem em zonas rurais ou em agregados familiares de baixos rendimentos enfrentam desafios adicionais, como a dificuldade de aprender em casas sobrelotadas e/ou sem eletricidade. Do mesmo modo, o acesso ao e-learning durante o encerramento das escolas não tem sido viável para as crianças que vivem em comunidades de plantações no Sri Lanka, o setor mais pobre do país.

De acordo com um relatório da Human Rights Watch (HRW) sobre aumento das desigualdades no direito das crianças à educação devido à pandemia da COVID-19, a educação das crianças e jovens deve estar “no centro” de todos os planos governamentais de recuperação pós-pandemia, de forma a responder aos danos provocados pelo encerramento das escolas. “Com milhões de crianças privadas de educação durante a pandemia, chegou o momento de reforçar a proteção do direito à educação através da reconstrução de sistemas educativos melhores e mais equitativos e robustos”, escreveu Elin Martinez, investigadora da HRW. Com base num trabalho de campo desenvolvido entre abril de 2020 e abril de 2021, que envolveu entrevistas a mais de 470 estudantes, pais e professores de 60 países de vários continentes, a HRW concluiu que a “forte dependência de uma aprendizagem via online”, verificada em vários países após o encerramento das salas de aula, “exacerbou a distribuição desigual existente ao nível do apoio à educação”. Céleste A., uma menina de 15 anos, da República Centro Africana, disse à HRW como o encerramento da sua escola a afetou: “não me faz bem nenhum não ir à escola. Sinto que falta algo em mim”. No México, Sonia M., também com 15 anos, assumiu na altura: “no início achei que era fixe! Mas mais tarde percebi que agora quero voltar para a escola”. E Jae-kuk H., um rapaz de 14 anos de idade na Coreia do Sul, disse de forma simples, que o sentimento se assemelha ao de que “a terra acabou de parar”. “Não tenho dinheiro para alimentar a minha família e estou a lutar para conseguir pagar as contas. Como posso pagar um telemóvel e Internet?”, contou uma mulher de Lagos, na Nigéria, que perdeu a sua fonte de rendimento por causa da pandemia. A HRW também constatou que muitos governos não têm políticas, recursos ou infraestruturas para implementar a aprendizagem



online de uma forma que garanta que todas as crianças possam participar em condições de igualdade. No Líbano, por exemplo, o governo tem sido incapaz de reformar o setor energético e o fornecimento público de eletricidade é racionado. Sara, de 14 anos, disse à HRW que a “professora de inglês cancelou quase todas as aulas porque não tinha eletricidade”. “Os governos devem inverter as políticas que geram essas desigualdades, nomeadamente, o persistente subinvestimento na educação pública”, frisa o relatório. Uma posição partilhada pela ONU, que urge os governos a tomarem um rumo mais assertivo. “A comunidade internacional precisa de proteger o financiamento das escolas através

da preservação das despesas como prioridade máxima e é necessário resolver as ineficiências na despesa em educação”. Para combater a desigualdade escolar, “as necessidades das crianças mais marginalizadas devem ser incluídas nas estratégias de reabertura e as medidas sanitárias”.

Em Portugal, ainda que o ensino online tenha sido amplamente adotado pela comunidade, existem situações de abandono escolar. Leopoldina Dias, professora de Cidadania e Mundo Atual a turmas dos CEF (Cursos de Educação Formação), na Escola de Santa Maria, em Beja, relata um desses cenários. “No terceiro período do ano passado, numa turma de CEF com 14 alunos,



apenas um aparecia nas aulas online (nem sempre o mesmo). Isto durante as primeiras semanas. Depois começou a não aparecer ninguém até final do ano letivo. Já este ano, na minha direção de turma (CEF de Eletricidade), com 19 alunos, a média de frequência nas aulas era de 4 a 5". Para Leopoldina, esta é uma questão que vai muito além do aspeto tecnológico. "Alguns miúdos não tinham internet em casa, mas a maioria era por falta de organização, por não terem ninguém que os orientasse nas rotinas e tarefas, desmotivação geral e, pode parecer estranho, baixíssimas competências digitais, que os impedia de saber aceder ao e-mail institucional, enviar um e-mail, anexar um documento,

descarregar uma aplicação. E estamos a falar de adolescentes, entre os 15 e 18 anos". O contacto com a escola, dada a impossibilidade de acesso a meios digitais, fez-se através das fichas de trabalho levadas pelas juntas de freguesia ou a GNR. "Mas a maioria necessitava mesmo de um acompanhamento por parte de um adulto. E muitos destes pais e mães também não sabem ler nem escrever", disse a professora, que se viu obrigada a repetir conteúdos escolares quando os alunos voltaram ao regime presencial.

O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

Num contexto diferente, onde a integração tecnológica funcionou

em pleno, a Escola Secundária de Paços de Ferreira, no âmbito do projeto "Escolas Amigas dos Direitos Humanos" da Amnistia Internacional, decidiu apostar no diálogo entre professores, alunos e encarregados de educação para ultrapassar este momento adverso. Na tentativa de criar as estruturas necessárias de apoio, realizou-se, pela primeira vez, o "Webinar: COVID-19 e a saúde mental", que contou com as intervenções de Fátima Correia, professora de Economia, organizadora e moderadora, o diretor da escola, duas alunas, do 12º e 9º, que partilharam as suas experiências de aprendizagem em contexto de confinamento, uma psicóloga e os pais. Numa escola com um universo de 1460 alunos, oriundos de ambientes sociais diversos, abrir o diálogo a todos é a solução para colmatar as dificuldades que a pandemia veio trazer. "Este ano vai deixar sequelas. Recuperam-se aprendizagens, mas não se recuperam momentos de vida, a socialização, o saber estar com outro que muitos acabaram por desaprender. Notamos maior conflitualidade, pouca concentração e dificuldade em estar numa sala de aula", reflete Fátima Correia. "Os alunos estão cansados. Não podemos esquecer que muitos deles viveram com a COVID-19 em casa, estiveram doentes, perderam familiares. Isto também acarreta um peso emocional que não pode ser esquecido e precisa de ser trabalhado". Com um gabinete de apoio ao aluno e família mais ativo na escola, o papel dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas tem de ser assumido, defende a professora. "Esta é uma das lições a retirar deste período. Já não se trata apenas de resultados. Temos de pensar em todo o contexto em que o aluno se insere e garantir que este tem as condições para se dedicar aos estudos em pleno. Já não voltamos para a escola que tínhamos e isso pode trazer coisas positivas. Se trabalharmos para elas".

LAR: Um projeto de acolhimento e integração de refugiados

“Existem imensos terrenos abandonados, casas devolutas, imensas aldeias sem ninguém” em Portugal. Ao mesmo tempo, “os fluxos migratórios estão cada vez mais intensos” e a Europa necessita de desenvolver respostas para o acolhimento. Se por um lado há territórios com potencial por explorar, e por outro há pessoas à procura de melhores condições de vida, porque não juntar ambos numa solução comum? Foi este paradoxo de necessidades que levou Bárbara Moreira a fundar o Projeto LAR.

A premissa é simples: acolher e integrar, em aldeias do interior, refugiados ou migrantes que estejam em Portugal há mais de 18 meses, recorrendo a alguns dos muitos imóveis inutilizados que ali existem. A ideia passa por dar todas as condições necessárias para uma vida estável e digna, de forma a que seja possível fixar pessoas e combater a desertificação destes territórios. “É um projeto altamente ambicioso, mas também altamente holístico e que responde a inúmeros problemas”, diz Bárbara Moreira.

Mas afinal como funciona tudo isto na prática?

A aldeia de Ima, na Guarda (que tinha pouco mais de vinte habitantes) é o local onde está a ser desenvolvido o projeto-piloto, que se pretende replicar

noutras localidades do interior. Ali, quatro imóveis vazios e devolutos foram reabilitados sem qualquer custo para os proprietários, com a contrapartida de, durante dez anos, serem cedidos para albergar famílias de forma gratuita.

Tendo o aval dos proprietários e da população foram realizadas as obras necessárias com recurso ao apoio de parceiros e voluntários que cederam materiais, mão de obra e ajuda burocrática.

Em paralelo às reconstruções, foi sendo desenvolvido um plano de negócios, pensado para aproveitar os muitos terrenos inutilizados que existem na Ima. A ideia é que, pelo menos, um membro de cada família acolhida nesta aldeia trabalhe no cultivo de groselhas e goji, produtos que serão escoados



por uma cadeia de supermercados. O Projeto LAR encarrega-se ainda de dar formação sobre as práticas agrícolas. Desta forma torna-se possível não só providenciar habitação e emprego, como se constrói um “negócio social”, para que o LAR seja, um dia, autossustentável e não necessite mais de donativos ou ajudas externas.

ESCLARECER E APOIAR PARA CONSEGUIR UMA “INTEGRAÇÃO POSITIVA”

Importa referir que o Projeto LAR funciona como apoio de segunda linha, que funciona em colaboração com outras associações. O acolhimento é feito mediante uma candidatura, que conduz a um processo de seleção. Este envolve a apresentação de todo o projeto às famílias interessadas,



© Amnistia Internacional

além de visitas prévias à aldeia. “É um processo muito moroso e rigoroso em que é explicado exatamente para onde é que vão, o que é que vão fazer, quais são as condições de habitabilidade, o salário, o contrato, o acompanhamento, para as pessoas perceberem. Porque, na minha opinião, isso é uma excelente solução, mas só para quem gosta do interior”, diz Bárbara Moreira que sublinha a importância de os candidatos “saberem ao que vêm” para garantir o sucesso da integração.

A par da formação, a equipa encarrega-se ainda de apoiar as famílias em tudo o que seja necessário, ajudando com questões legais ou de inserção social. “Levamo-los para o todo o lado. [Ajudamos a obter] títulos de residência, apoios da segurança social, abonos de família, finanças, submeter

IRS... a perceber todo sistema português”, diz Vanessa Rei, que trabalha diariamente com as pessoas acolhidas.

O objetivo é que todos aprendam os procedimentos, para que mais tarde possam ser autónomos. É também feito “um acompanhamento individual, de forma a garantir metas a cumprir na vida de cada um deles, porque às vezes as pessoas também não sabem bem o que fazer”, explica.

Vanessa Rei conta que a relação das famílias com a população local tem sido boa e tranquila, com exceções pontuais de indivíduos que sempre resistiram à implementação do projeto. “Desde o início tivemos pessoas que não se envolveram, mas, de alguma forma, até já mudaram de opinião”,

afirma. A mesma coisa nos é dita por Isidro Almeida, natural da Ima (onde ainda vivem os seus pais) que diz que “no início toda a gente fica desconfiada, mas depois acho que começam a perceber a lógica”.

Isidro apoiou o projeto desde a sua génese, disponibilizando os conhecimentos enquanto arquiteto para a reabilitação dos imóveis. Hoje diz com segurança que “as pessoas já se habituaram a ter pessoas diferentes” a viver na aldeia e destaca a importância dos novos habitantes para rejuvenescer a localidade.

“É COMO ESTAR NO CÉU”

“Quando não temos nada e começamos a ficar bem é como estar no céu. Costumávamos estar todos a dormir



© Amnistia Internacional

numa só divisão. Agora estamos numa casa que tem seis. As crianças têm quartos separados... estamos muito agradecidos.”

É com estas palavras e de sorriso nos lábios que Javaid Hussain conta o final da sua atribulada história. Hoje diz-se “muito feliz” por estar na Ima, e não pensa “ir a lado nenhum”, mas o caminho foi longo até aqui chegar.

“Não nos sentíamos seguros no Uganda”, explica Javaid, que tinha naquele país um negócio de venda de bens a crédito que lhe trouxe grandes dissabores e o fez temer pela vida da sua família. “Começaram a ameaçar-me pelo telefone, queriam raptar-me, raptar os meus filhos, a tensão era demasiada. Não conseguia dormir. Houve uma noite em que tentaram levar-me de casa” diz.

O stress e a falta de segurança levou Javaid, Karima (sua esposa), Syed Zahid e Syed Sani (os filhos de 12 e oito anos, respetivamente) a deixar o Uganda rumo à Europa. Após uma temporada na Alemanha, em que a família não conseguiu adaptar-se, escolheram Portugal, um país “considerado seguro”. Chegaram a Lisboa no final de 2019, antes da pandemia da Covid-19, altura em que a bebé Dua Fatima estava ainda dentro da barriga da mãe.

A falta de estabilidade, a doença que assolou repentinamente Javaid e as consequentes dificuldades em encontrar emprego tornavam cada vez mais difícil conseguir uma habitação digna na capital, onde chegaram a ter de dormir num quarto sem mobília, deitados no chão. Ao serem introduzidos ao Projeto LAR (pelos parceiros Lisbon Project) decidiram de imediato candidatar-se. “Não nos importávamos que fosse um lugar pequeno ou grande. Chegámos cá. A vila é pequena, mas os corações das pessoas são muito grandes”, diz Javaid.



© Amnistia Internacional

Atualmente Javaid ocupa os dias a trabalhar os terrenos agrícolas na Ima, os filhos já frequentam a escola na cidade da Guarda, Dua Fatima está a iniciar a creche e a esposa Karima está à procura de emprego. Tudo isto é possível graças à ajuda da equipa do Projeto LAR. “O que nos disserem para fazer, nós fazemos. Queremos continuar ligados a eles”, diz Javaid Hussain.

Desde novembro de 2020 que a Ima acolhe duas famílias. Além do clã de Javaid, também uma família nigeriana se mudou para a aldeia. Paul Afolabi, que era professor de química num instituto politécnico na Nigéria, conta-nos que partiu devido ao terrorismo que “tomou conta da cidade onde vivia”. “Os terroristas do Boko Haram mudaram o nome da cidade, houve assassinatos... tive de vir embora”, conta.

Chegou a Lisboa em 2016, onde fez um mestrado em Arte e Ciência do Vidro e da Cerâmica, na Universidade Nova, mas também aqui a instabilidade financeira levou a melhor. “Adoro Lisboa, mas está um pouco lotada”, explica.

Após perder o emprego e enfrentar novas dificuldades, Paul Afolabi submeteu a candidatura ao Projeto LAR e, tendo resposta positiva, mudou-se com a mulher e os dois filhos de 11 e 13 anos para a Ima. Diz que veio para ficar pois adora o ambiente rural, “as bonitas paisagens, as pessoas maravilhosas”. “Temos de aprender novas formas de viver num ambiente novo, com pessoas novas, novos amigos, mas tudo tem sido maravilhoso até agora”, afirma, sublinhando que a mudança de profissão para o trabalho agrícola não representa qualquer problema. Tal como Javaid, Paul não pretende sair da Ima, pois diz adorar a vida que tem nesta aldeia da Guarda. “É a minha nova casa”, afirma.



MANIFESTO DA CAMPANHA “EU ACOLHO” ALERTA PARA A IMPORTÂNCIA DE UMA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO

As famílias de Javaid Hussain e Paul Afolabi personificam as possibilidades trazidas por uma postura de abertura e integração e que importa fomentar e implementar a nível nacional e internacional.

Isto mesmo foi destacado pela Amnistia Internacional ao longo da campanha “Eu Acolho”, lançada em 2016, com um manifesto onde se pedia aos líderes políticos mundiais para criarem pontes em vez de muros. Este manifesto, que foi assinado por mais de 15 mil pessoas, propunha soluções em três aspetos específicos. A criação de rotas legais e seguras para os refugiados e migrantes poderem estar a salvo dos riscos de exploração económica e tráfico

de seres humanos a que estão sujeitos. A partilha de responsabilidades no acolhimento entre todos os Estados. O acolhimento e integração efetiva com resposta rápida e célere aos requerentes de asilo, cumprindo o estipulado pela lei e acelerando assim a integração efetiva das pessoas na sociedade e nas comunidades locais.

Em Portugal, o manifesto da campanha “Eu Acolho” dirigiu-se ao Primeiro-Ministro António Costa e foi simbolicamente entregue no dia 20 de junho, Dia Mundial do Refugiado, durante uma vigília realizada em Lisboa e replicada em várias cidades do país por grupos e núcleos locais da Amnistia Internacional.



DOSSIÉ

A urgência do acesso universal à vacinação COVID-19

A liberdade só existe, mesmo, quando existe equidade. Quando as oportunidades são iguais para todos, independentemente da nacionalidade, credo ou país de residência. Esta é uma verdade absoluta, mas que é, diariamente, contrariada, por quem tem a responsabilidade de ser e fazer diferente.

© Fadil Fauzi on Unsplash

No caso da vacina da COVID-19 as diferenças são gritantes. Ser cidadã ou cidadão de um dos países mais ricos ou de um dos países mais pobres, pode significar ter mais acesso ou nenhum acesso a vacinação. E se as diferenças entre uns e outros já são muitas, agora, num caso que pode realmente significar viver ou morrer, essa distinção alcança patamares até aqui inimagináveis.

Na linha da frente no que toca à defesa dos mais vulneráveis, a Amnistia Internacional tem, desde o início, apresentado diversos relatórios, a nível mundial, com o objetivo de despertar consciências e eliminar diferenças. No último mês de março lançou a campanha global “uma dose de igualdade: pelo acesso universal à vacinação COVID-19”.

PELA OPORTUNIDADE JUSTA DE VACINAÇÃO

Na iniciativa, a Amnistia relata as desigualdades no acesso à vacinação, na dicotomia ricos e pobres: “Até agora, os Estados e as empresas poderosas criaram uma situação perigosa, com as desigualdades globais no acesso à vacinação a ficarem fora de controlo. Alguns países ricos estão a correr à frente, enquanto o resto do mundo se debate para sair da linha de partida. Todas as pessoas merecem uma oportunidade justa de se vacinar — quando se trata do direito a saúde, não há lugar para discriminação”, assumiu, na altura, Stephen Cockburn, especialista em Justiça Económica e Social da Amnistia Internacional.

De março para cá, os números pouco mudaram e as dificuldades mantiveram-se nos países mais pobres, isto porque a verdade nua e crua dos números diz-nos que os países mais ricos compraram mais de metade do fornecimento mundial de vacinas, apesar de representarem apenas 16% da população mundial. Enquanto mais de 100 países ainda não vacinaram uma única pessoa.

“A ninguém devia ser negado acesso a cuidados de saúde, incluindo vacinas, por causa do local onde vive, de quem é ou de quanto ganha. Com pressão suficiente sobre as pessoas certas, podemos assegurar que os sistemas de vacinação para a COVID-19 respeitam os direitos humanos” disse ainda Stephen Cockburn.

PELA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS PATENTES

A questão das “pessoas certas” neste caso torna-se evidente. No caso das vacinas, se houver uma suspensão das patentes ou outros direitos específicos de propriedade intelectual, possibilitará a mais países fabricarem vacinas que podem chegar a mais pessoas.

E é esse o objetivo da Amnistia Internacional: “não podemos ficar indiferentes a assistir ao desenrolar desta tragédia quando temos as soluções sobre a mesa”, disse Tamaryn Nelson, Consultora de Saúde da Amnistia Internacional. “Entre a corrida dos governos para vacinarem as suas próprias populações em primeiro lugar e o controlo apertado da indústria farmacêutica sobre as suas patentes, estamos a esquecer que a vida das pessoas está em jogo. Ninguém estará seguro até que estejamos todos seguros”. Está na hora de as empresas farmacêuticas e os Estados cumprirem as suas responsabilidades e obrigações de direitos humanos. A Amnistia Internacional está em campanha para



que empresas que já têm vacinas autorizadas como a AstraZeneca, a Pfizer, a BioNTech e a Moderna, partilhem o seu conhecimento e tecnologia, de forma que as pessoas em todo o mundo possam ter uma oportunidade justa de se vacinar.

TRÊS EXEMPLOS DE DESIGUALDADE

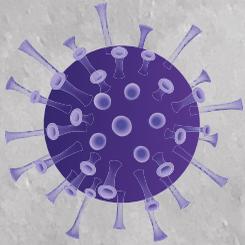
Num relatório apresentado em março, a Amnistia Internacional examinou a distribuição de vacinas em 17 países da América Latina e das Caraíbas e percebeu que embora muitos governos tenham prometido publicamente que as vacinas contra a COVID-19 serão gratuitas para todos, apenas nove dos 17 países incluídos no relatório confirmaram isso oficialmente nos seus planos públicos ou aprovaram normas nesse sentido. “Os Estados precisam de cumprir a sua obrigação de garantir que as vacinas são oferecidas gratuitamente nos locais de atendimento e que é, primeiramente, necessária para os setores de maior risco na população”, concluiu Erika Guevara-Rosas.

Já no continente africano, a situação não é diferente, já que a COVAX distribuiu apenas 16 milhões de doses a 27 países. Dezasseis milhões de doses para um continente com uma população de mais de 1.2 mil milhões. Para Samira Daoud, Diretora para a África Ocidental e Central na Amnistia Internacional, torna-se “claro que as vacinas estão a chegar demasiado lentamente e tem de ser feito muito mais para salvar vidas e sistemas de saúde”.

No que se refere à Ásia, a perspetiva não melhora. “À medida que as campanhas de vacinação foram implementadas, grupos marginalizados do sul da Ásia foram efetivamente excluídos por barreiras práticas. Os governos devem garantir o acesso justo e equitativo a vacinas para todas as pessoas independentemente de casta, estatuto socioeconómico ou outro, raça ou nacionalidade”, disse Yamini Mishra, Diretora da Amnistia Internacional para o sul da Ásia-Pacífico.



A IMPORTÂNCIA DO ACESSO UNIVERSAL À VACINAÇÃO COVID-19

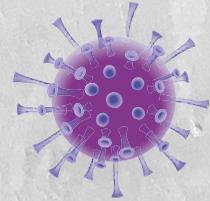


© Mid Sahbat



O PROBLEMA

Há perto de 100 países onde não se sabe quando será possível vacinar sequer a população prioritária – pessoas mais velhas, com comorbidades e pessoal de saúde. Para um melhor combate à pandemia, é essencial que rapidamente estejam disponíveis mais doses das vacinas que já demonstraram e provaram resultados positivos. Para isso, mais empresas têm que poder produzir doses com eficácia e segurança a partir do conhecimento e tecnologia das vacinas existentes, mas as patentes evitam que isso possa ser uma realidade.

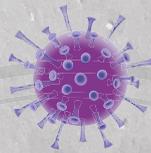


© CDC



PORQUÊ

Com a manutenção das patentes, as empresas farmacêuticas que as detêm podem bloquear o aumento da produção das vacinas e cobrar elevados valores pelas mesmas. Mesmo focando apenas na urgência necessária, as empresas cujas vacinas já provaram resultados não conseguem uma produção suficiente para as necessidades essenciais a nível global.

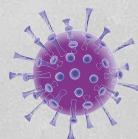


PERCENTAGEM, POR REGIÃO GEOGRÁFICA, DA POPULAÇÃO VACINADA COM PELO MENOS UMA DOSE DA VACINA



Dados: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>
(Dados de dia 30 de junho)





© Fabeha Monir



ISTO NÃO PODE ACONTECER

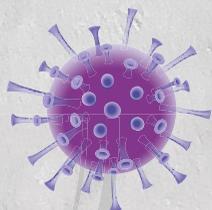
Em especial durante uma pandemia. Já se verificaram falhas no acesso a máscaras, ventiladores e a reagentes, tudo devido às restrições relacionadas com a propriedade intelectual. Além de que as principais farmacêuticas com vacinas atualmente funcionais receberam para a sua investigação vários milhares de milhões de dólares de fundos públicos. Mas acima de tudo, é preciso garantir que todas as pessoas têm acesso igualitário à vacina, quem quer que sejam e onde quer que estejam no mundo – em especial aquelas em situação de maior risco e vulnerabilidade.

© Jason Leung



A SOLUÇÃO

A campanha da Amnistia Internacional pelo acesso à vacinação universal pede às principais farmacêuticas e aos Estados que cumpram as suas obrigações de direitos humanos. A Amnistia Internacional está a apelar às empresas farmacêuticas para partilharem o seu conhecimento e tecnologia, e aos Estados que pressionem as empresas a fazer a sua parte e a trabalharem coletivamente para garantir a produção de vacinas para todas as pessoas. Esta cooperação e partilha iria possibilitar a produção e distribuição das vacinas a preços acessíveis, de forma a garantir o seu acesso universal.



© Laurent Garré



PRECISAMOS DE SI

Junte a sua à nossa voz, assine a petição pela vacinação universal em:
www.amnistia.pt/peticao/peticao-vacinacao-universal-covid-19/



MOVIMENTO INTERNACIONAL

© REUTERS/Denis Balibouse

exemplo do avô materno, que esteve ao serviço da força militar francesa na Primeira Guerra Mundial e, na segunda grande guerra, foi elemento preponderante e ativo na resistência, tendo sido capturado e executado pelos nazis a 15 de agosto de 1944. Enquanto criança Agnès foi, durante alguns anos, à cerimónia de homenagem, a cada dia 15 de agosto, a todos os que, naquela data, foram assassinados, dando-lhe, como recorda com emoção, uma ideia clara da sua própria “demanda pessoal”, alicerçada nos valores “da coragem na defesa de uma causa”.

DA EDUCAÇÃO AO REGRESSO À AMNISTIA

Aos 21 anos, Agnès saiu de França em busca de novos horizontes, os quais, a levariam a uma educação multicultural, fundamental para o seu percurso até aos dias de hoje. Estudou na Universidade de Howard, nos Estados Unidos da América, conhecida por ser uma das mais frequentadas por afro-americanos, dando-lhe um novo conceito de pertencer a uma incomum minoria, mas sempre privilegiada por fatores históricos. Depois, em 1995, fez o doutoramento, na New School for Social Research, em Nova York, fundada, como diz, por pessoas com forte ligação à comunidade judaica, fugidas da Europa e do Nazismo e Fascismo.

Todo este percurso académico e pessoal trouxeram-na à Amnistia, naquela que seria a sua primeira passagem, e ao cargo de chefe de gabinete do então secretário-geral Pierre Sané, durante o qual liderou investigações de direitos humanos em mais de 30 países. Antes do regresso, confirmado a 21 de março último, Agnès foi Relatora Especial das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e, nesse papel, liderou investigações pioneiras, entre elas a do assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi.

Um percurso construído com base na coragem

“Temos que ser audazes, corajosos, adaptáveis e estar dois passos à frente do mundo atual, pensando nas gerações futuras. Temos, por isso, de lutar pelo mundo que seremos, pois em nenhum outro momento, no nosso tempo, fomos confrontados com tantas mudanças, desde as climáticas à tecnologia, o que significa que o que fizermos hoje terá, sem qualquer dúvida, uma implicação de vida ou morte para os nossos netos”.

Nenhuma outra declaração de Agnès Callamard terá tanto de premonitório como de histórico, no longo processo que a nova secretária-geral da Amnistia Internacional, teve desde o início da sua vida até chegar ao cargo que hoje ocupa. Pode dizer-se, sem correr o risco de exagero, que todo o seu percurso dificilmente seria melhor, se o quiséssemos inventar, e mais apto, para liderar a organização de defesa dos direitos humanos.

O EXEMPLO DA FAMÍLIA

Nascida e criada numa pequena aldeia do Sul de França, Agnès Callamard assume-se como filha e neta de “mulheres fortes”, ambas ligadas, diretamente, a uma forte componente de “justiça social”. A progenitora era extremamente empenhada na educação pública e membro de três ONG, dando-lhe uma visão bem particular da necessidade de auxílio ao outro.

A noção de justiça e de resiliência chegou-lhe, também, através do

7 PERGUNTAS A...

Agnès Callamard

Secretária-geral da Amnistia Internacional



“Eu vejo sobretudo a Amnistia como “um” membro só.”

1 – Vinte anos depois, está de regresso à Amnistia Internacional. O que mudou desde essa altura?

A primeira coisa que verifico estar muito diferente é a existência dos escritórios regionais, que não existiam na altura. Isto significa claramente oportunidades fantásticas. O importante agora é trabalhar em conjunto, articulados e tirar partido do trabalho regional. Integrar todos estes elementos, a sua energia, as suas ideias e competências, os seus desafios e soluções para ter maior impacto em direitos humanos.

2 – Como vê o papel os membros e dos ativistas?

Eu vejo sobretudo a Amnistia como “um” membro só. Os nossos membros, apoiantes e ativistas é que nos permitem ser um agente forte de mudança. Hoje em dia, na sociedade, para se mudar alguma coisa, os sonhos também têm de ser sonhados pelas pessoas e pelo cidadão comum.

3 – O que se pode esperar da Amnistia nestes próximos anos?

Estou, de momento, numa fase de aprendizagem, de observar e escutar, pois este é um movimento global com mais de 10 milhões de membros e muitas perspetivas diferentes. Acho que seria arrogante se chegasse e dissesse “Bam!” esta é a minha visão, vamos segui-la. Não é assim que se processam as coisas.

Cerca de 20 anos depois, Agnès Callamard regressa à Amnistia Internacional para liderar os destinos da organização nos próximos quatro anos. Nesta entrevista, de sete perguntas apenas, fala um pouco da sua experiência profissional, do que espera do futuro, das alterações climáticas e relembra o caso do homicídio do jornalista saudita Jamal Khashoggi.

4 – A voragem do tempo é um “inimigo” dessa introspeção e análise cuidadosa?

É óbvio que o ambiente com que nos estamos a confrontar é extremamente complexo e há múltiplas ameaças. Estamos a assistir a novas formas de populismo, a conflitos, às alterações climáticas, aos desafios da pandemia, o que significa que podemos estar extintos daqui a umas décadas ou séculos. Temos de ser corajosos e agir, porque o mundo está a girar muito depressa.

5 – As alterações climáticas são um ponto-chave a debater no futuro?

Como organização temos que ser conscientes geracionalmente. Penso que não o fomos em relação aos direitos humanos, pois vivemos o presente, mas também temos que viver no futuro. Se não abordarmos as alterações climáticas, há comunidades inteiras que irão desaparecer completamente.

6 – Trabalhou em detalhe, como Relatora Especial das Nações Unidas,

no assassinato de Khashoggi. É um exemplo que certos Estados estão a “perder o medo”?

Não acho que estejam a “perder o medo”, acho que o resto do mundo está a ficar mais fraco. Por isso é particularmente importante a Amnistia Internacional ser mais eficaz. Também por isso defendo: este é um caso de estudo interessante, porque mais do responsabilização e justiça, trata-se do que pode ser alcançado, tornando a vida desses líderes autoritários extremamente difícil.

7 – Mas por causa disso sofreu ameaças de morte...

As ameaças foram feitas em janeiro de 2020 e eu só as expus publicamente em março de 2021. Na altura estava muito focada num trabalho sobre a Arábia Saudita e não ia deixar essas ameaças fazerem desabar todo o trabalho feito. Tomei precauções e não fui ingênua, mas não quis que isso se tornasse a história.



SECÇÃO

A repressão da sociedade civil na Índia

Governo e apoiantes do partido no poder na Índia parecem ter esquecido as palavras de Mahatma Gandhi quando defendeu que a não violência é a arma dos fortes. As declarações de intenção do primeiro-ministro Narendra Modi na cimeira do Porto divergem das políticas de segregação e desrespeito pelos direitos básicos levadas a cabo no seu mandato. Em resultado da persistente perseguição às organizações de defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional foi forçada a suspender as suas operações na Índia.

Dois dias depois da Amnistia Internacional ter promovido uma petição e uma vigília para pedir ao governo indiano que termine com a repressão, o texto da declaração conjunta no Porto assinada pelos 27 estados da União Europeia (UE) e pela Índia, representados pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen e pelo primeiro-ministro Shri Narendra Modi, referia que a parceria estratégica assentava nos valores “da democracia, da liberdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos”. Ainda na declaração, podia ler-se que a UE e Índia “reafirmaram o

forte empenho na promoção de todos os direitos humanos, na igualdade de género e no empoderamento das mulheres”. Acordaram em “intensificar a cooperação nas instâncias internacionais de direitos humanos, em especial a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho dos Direitos Humanos da ONU”, reafirmaram o empenho no diálogo sobre direitos humanos e agendaram a próxima reunião para 2022.

Porém, os relatórios de várias entidades internacionais contrariam totalmente as declarações de intenções do governo de Narendra Modi que, ao longo dos anos de mandato, tem adotado políticas

nacionalistas de apoio à maioria hindu, em detrimento das minorias do país. O escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) atualizou o seu relatório de 2019 destacando vários pontos como “assassinatos de civis e uso excessivo da força, uso contínuo de espingardas de projéteis de chumbo, operações militares de isolamento e busca, detenções arbitrárias, impunidade face às violações de direitos humanos, restrições à liberdade de expressão, censura e ataque à liberdade de imprensa, restrições à liberdade de reunião e associação, tortura e perseguição de muçulmanos de Caxemira fora de Jammu e Caxemira”. No seu relatório de 2021 a Human Rights Watch (HRW) salientou que a Amnistia Internacional “foi forçada a suspender as suas operações na Índia depois do governo ter congelado as contas bancárias da organização”. Relativamente à Índia, a HRW acusou os militantes do Partido Bharatiya Janata (BJP) de Narendra Modi, no poder desde 2014, de cometerem “violência contra minorias religiosas, comunidades marginalizadas e críticos do governo”. O documento, extremamente crítico para o executivo indiano referiu, entre outras acusações, que “as forças de segurança continuam a levar a cabo prisões arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais com impunidade”. O documento sustentou que o governo prosseguiu a sua prática generalizada de perseguir e, às vezes, processar os defensores dos direitos humanos e jornalistas por criticarem funcionários e políticas governamentais. Outro assunto em destaque no relatório foi a revogação do estatuto constitucional de Jammu e Caxemira, que os dividiu em dois territórios separados, governados pelas autoridades federais. A Human Rights Watch explicou que, “antes do anúncio, o governo enviou tropas para a província, desligou a Internet e os telefones e colocou milhares de pessoas em prisão preventiva, o que

gerou condenação internacional”. Apesar das diretivas do Supremo Tribunal, o governo falhou em prevenir e investigar ataques de multidões, muitas vezes liderados por apoiantes do BJP, contra minorias religiosas e outras comunidades vulneráveis. Entre outras medidas, Narendra Modi conduziu uma verificação de cidadania no estado de Assam, no nordeste do país, que excluiu quase dois milhões de pessoas, a maioria de etnia bengali, muitas delas muçulmanas, colocando-as em risco de se tornarem apátridas.

Também o governo americano já fez saber que não está disposto a ignorar a abordagem partidária de Narendra Modi. O Departamento de Estado norte-americano, no seu relatório de 2020 sobre direitos humanos, cita diversas fontes para destacar, entre outros casos, os relatos das mortes de prisioneiros ou detidos sob custódia policial e judicial e aponta relatos sobre assassinatos políticos, desaparecimentos, tortura e tratamentos ou punições desumanas, cruéis e degradantes. As prisões arbitrárias, a negação de um julgamento justo, a falta de liberdade de expressão, violações

da liberdade de imprensa por parte da polícia, grupos criminosos e de autoridades locais corruptas são assuntos abordados no documento da administração Biden.

A FAMA QUE VEM DE LONGE

As denúncias sucessivas da Amnistia Internacional têm vindo a provocar a cólera dos governantes indianos. As autoridades do governo de Modi congelaram as contas da organização, o que levou ao encerramento das instalações. Segundo a Amnistia Internacional, a decisão está relacionada com relatórios desfavoráveis sobre os distúrbios em Nova Deli, o historial negativo da defesa dos direitos humanos das autoridades indianas em Jammu e Caxemira e ainda a denúncia sobre a aprovação de uma legislação recente sobre cidadania que afeta particularmente os muçulmanos. O dirigente da Amnistia Internacional, Rajat Khosla, afirmou à comunicação social que estão a enfrentar “uma situação sem precedentes na Índia”. Segundo Khosla, a Amnistia Internacional Índia tem sofrido de uma forma sistemática “ataques violentos, intimidação e assédio por parte do



© Al India



governo". A tática utilizada contra a Amnistia Internacional tem sido usada por Modi contra os seus críticos mesmo ainda antes de dirigir o Governo. A Fundação Ford também foi alvo da sua ira quando ainda era ministro, em 2002, altura em que a instituição financiou uma advogada ativista dos direitos humanos num processo judicial. Os ataques à Amnistia Internacional têm vários antecedentes, por exemplo, quando, em agosto de 2016, foi movido um processo judicial por incitamento à violência, para três anos depois o tribunal ter ordenado que as acusações fossem retiradas. Em outubro de 2018, depois duma agência governamental ter invadido os escritórios em Bangalore, as contas da Amnistia Internacional também foram congeladas, o que veio a ser revertido pelo tribunal. Por outro lado, quando a revolta em Caxemira estava ao rubro, na década de 1990, o então primeiro-ministro Narasimha Rao não gostou das críticas à atuação das suas forças de segurança, mas não criou nenhum obstáculo ao funcionamento da Amnistia Internacional ou de qualquer outra organização de direitos humanos. Pelo contrário, perante as acusações de violações dos direitos humanos em Caxemira, o seu governo criou a Comissão Nacional de Direitos Humanos para investigar as alegações.

Os relatórios da Amnistia Internacional têm abordado o crescente desrespeito pelos direitos mais básicos na Índia. A Amnistia Internacional denunciou que, mesmo quando houve uma decisão do Supremo Tribunal indiano para reduzir a superlotação das prisões para conter a disseminação da COVID-19, as autoridades continuaram a encarcerar os críticos do governo. Em sentido contrário, falharam na investigação e punição adequada dos perpetradores de violência com base na casta, sexo e género. Ou indo ainda mais longe, as mesmas autoridades exerceram represálias contra aqueles que denunciaram violações e crimes



com base na casta. Para a Amnistia Internacional, a situação é de impunidade generalizada e de falta de responsabilização pelos assassinatos e ataques por turbas de vigilantes e polícias contra as minorias religiosas.

LÍDERES APELAM À VIOLÊNCIA

As notícias dão conta que em fevereiro deste ano a violência em Deli provocou a morte a 53 pessoas e ferimentos em mais de 200, e resultou em propriedades destruídas e comunidades deslocadas em ataques direcionados por multidões hindus. Apenas um polícia e um hindu estiveram entre as vítimas mortais. Os líderes do partido de Modi defenderam abertamente

a violência contra os manifestantes e testemunhas e provas em vídeo mostraram a cumplicidade dos polícias. A Comissão de Minorias de Deli relatou que a violência foi “planeada e direcionada”, e garantiu que as autoridades policiais abriram processos contra os muçulmanos, mas não agiram contra os líderes do BJP. Durante os confrontos que duraram vários dias, vários jornalistas da Reuters, India Today e CNN, entre outros órgãos de comunicação social, afirmaram que foram agredidos.

Apesar de toda a violência, em várias comunidades mistas de hindus e muçulmanos, a população juntou-se para se proteger dos ataques da

multidão enfurecida. Algumas famílias hindus acolheram vizinhos muçulmanos enquanto duraram os distúrbios em Nova Deli. Um comportamento em comunidade que recorda a vida e as palavras de Gandhi em prol da paz e da tolerância.

Em Portugal, no Porto, os ativistas da Amnistia Internacional gritaram em silêncio para “contestar a repressão, a perseguição e a prisão de todas as pessoas que hoje dão continuidade a esse sonho de uma Índia de multiculturalidade, de liberdade de expressão, de liberdade religiosa, de acesso à saúde, de respeito pelos direitos humanos e de proteção a todas as pessoas que trabalham por eles”.



SECÇÃO

Quando os jovens dão o exemplo na defesa do ambiente

De um lado estão Portugal, Alemanha, Rússia e mais trinta estados. Do outro, estão Cláudia, Catarina, Martim, Sofia, André e Mariana. Os primeiros são os 33 países europeus que mais poluem o planeta. Os segundos viram as chamas devorar a zona centro em 2017, e souberam que tinham de fazer algo. A justiça climática chegou ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

 O processo pode ser acompanhado em:

www.youth4climatejustice.org

“Estou com medo do meu futuro. Todos os anos a minha casa se torna um lugar mais hostil. Ondas de calor recorde estão a tornar-se o novo normal. E são apenas o início. Estas são as preocupações reais com que vivo todos os dias. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para travar esta situação”, diz Catarina, de 20 anos. Com ela são seis, têm entre os 8 e 21 anos, vivem em Lisboa e Leiria e juntaram-se à Global Legal Action Network (GLAN) num caso inédito. “Foi a melhor decisão que tomei.”

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) descreve-o como um processo

climático sem precedentes. Numa queixa movida contra 33 países, os jovens referem que as mudanças no clima representam uma ameaça crescente à sua vida, ao bem-estar físico e mental, violam o direito à não discriminação, o direito a um lar e à família. Portugal é descrito como “um ‘hotspot’ de alterações climáticas que está destinado a suportar condições extremas de calor cada vez mais mortíferas”.

“Conseguíamos ver as cinzas a cair”, recorda Martim. Tem 18 anos, e em 2017 viu sucumbir os pinhais de Leiria. “O horror passado nesses meses fez-me perceber as dimensões do problema que

temos arrastado com as más decisões dos governos. A ameaça que as alterações climáticas representam para a minha geração é absolutamente assustadora.” Martim assume: “decidi participar para que haja um futuro para nós e para todas as crianças e jovens no mundo”.

Os jovens querem o fim da dependência dos combustíveis fósseis e que os governos ouçam a ciência: é preciso limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Caso o processo seja bem-sucedido, os países ficam legalmente obrigados a fazer mais cortes nas emissões, incluindo as das empresas multinacionais. Dito de outra forma, ficam legalmente obrigados a fazer o que eles próprios, há 25 anos, prometem fazer.

9 ANOS PARA CORTAR 74% DE EMISSÕES

Em 2015, os governos do mundo assinaram o Acordo de Paris, pela redução de emissão de gases com efeito de estufa, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C. Antes, em 1997, tinham assinado o Protocolo de Kyoto. Aconteceram entretanto 25 conferências internacionais pelo clima e foram assinadas milhares de páginas de papel. As emissões nunca pararam de aumentar.

Vários coletivos juvenis têm tocado na ferida. Por um lado, dizem, mesmo se todos os países cumprissem à letra as propostas voluntárias do Acordo de Paris, o clima aqueceria quase 4 graus. Por outro, com base no recente relatório “NDC Synthesis Report” das Nações Unidas, denunciam que as ações planeadas de todos os governos resultam numa redução de emissões até 2030, não dos 50% acordados, mas de 0,5%.

No ano passado, estes grupos portugueses e 140 organizações de todo o mundo assinaram o Acordo de Glasgow: um compromisso dos povos pelo clima,

em que assumem a responsabilidade política para cortar as emissões e construir justiça climática. Nele, os países mais poluentes do Norte Global admitem as suas dívidas históricas e ecológicas. E Portugal deve cortar 74% das suas emissões até 2030.

Arregaçando as mangas, as organizações construíram um inventário de emissões de Portugal, mapeando mais de 200 infraestruturas, e identificando os novos projectos que ameaçam aumentar emissões.

LITÍGIO CLIMÁTICO

Desde a assinatura do Acordo de Paris em 2015, os casos de litígio climático conheceram uma explosão, com perto de um milhar de processos pelo mundo fora.

No entanto, apresentar uma queixa no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos não é para qualquer ser humano. A GLAN, que apoiou os 6 portugueses, trabalha com comunidades afetadas por injustiça sistémica e pela violação de direitos, para promover ações legais criativas contra atores poderosos. Foram três anos a preparar a queixa, mais de 80 mil euros angariados num crowdfunding internacional e 15 advogados que colaboraram.

Em setembro de 2020, o processo deu entrada no TEDH, e um mês depois foi aceite pelos juízes em Estrasburgo como “caso prioritário”, dada a “importância e urgência das questões” levantadas.

Os 33 governos, que não se coordenaram para cortar emissões, fizeram-no para interpor um recurso. O objetivo? Retirar o carácter de urgência ao processo e travar o escrutínio das suas políticas climáticas, argumentando que os jovens portugueses não estavam em “perigo iminente”. O tribunal rejeitou-o.

No final de maio passado, os países tiveram de apresentar a sua defesa, procurando demonstrar a compatibilidade das suas políticas climáticas com o Acordo de Paris. Gearóid Ó Cuinn, diretor da GLAN, explicou à AGIR que organização está agora a examinar as respostas: “O nosso caso pretende assegurar que os governos europeus tenham de adotar cortes de emissões consistentes com o objetivo de 1,5°C”.

A Amnistia Internacional e outras organizações mostraram o seu apoio aos jovens portugueses: “A crise climática não respeita fronteiras. As nossas leis e políticas devem permitir a todos os afetados pelas alterações climáticas fazerem queixas contra outros governos que não os seus.”

“Este planeta já chegou à nossa mão doente, mas é em nós que esperam encontrar a cura. É como se estivéssemos presos entre um passado que não vivemos e um futuro que não nos deixam viver”, sintetiza Catarina. “Para muitos é apenas mais um grau. Para nós pode ser o direito à vida”.





SECÇÃO



A arte como mensageira dos direitos humanos

Como as manifestações artísticas podem dar visibilidade às causas humanitárias? A questão esteve em debate na Gulbenkian, na conferência 'Artes e Direitos Humanos', tendo contado com a colaboração de vários especialistas nacionais e internacionais. Num mundo em plena convulsão, o Artivism apresenta-se como uma ferramenta poderosa de informação e divulgação pela defesa dos direitos humanos.

«Precisamos da arte para defender os direitos humanos. As artes apelam mais diretamente às emoções, aos corações das pessoas. Para transmitir a mensagem dos direitos humanos, os artistas são melhores do que os ativistas ou as organizações humanitárias, porque atingem um público diferente», começa por explicar Manfred Nowak, advogado de Direitos Humanos, antigo Relator Especial das Nações Unidas sobre a Tortura e um dos

oradores da conferência 'Artes e Direitos Humanos', que teve lugar na Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 20 e 21 de maio.

Como reflexo da sociedade, é naturalmente nos tempos mais compulsivos que manifestações artísticas de intervenção mais espelham os sentimentos de injustiça social. E são muitos aqueles que o mundo vive agora e que são absorvidos e transformados em arte. Mesmo em países onde a liberdade



THE MOTHERLAND IS CALLING

Imagem anti-Lukashenko, de Anna Redko, projetada num prédio de apartamentos no centro de Minsk por ativistas de rua anónimos a convocar outros bielorrussos a manifestarem-se nas ruas.

de expressão é condicionada, são os artistas que fazem passar a palavra. «Os artistas conseguem fazê-lo de uma forma subtil. Nem todas as pessoas conseguem imediatamente perceber uma escultura ou uma peça de música. É mais difícil censurar peças de arte, porque quem a faz sabe exatamente o que está a transmitir, mas os outros podem não entender logo a mensagem», assinala Novak.

O mesmo confirma Gregory Sholette, artista e um dos maiores teóricos sobre arte e ativismo, também presente na conferência: «Mesmo em ambientes repressivos - Emirados Árabes Unidos, Bielorrússia, Hong Kong, Gaza - as pessoas continuam a arriscar envolver-se em formas artísticas de protesto, porque imagens, performances, música, banners e outras formas expressivas continuam além do imediatismo dos meios de comunicação e das redes sociais. Ainda assim, este é apenas o método mais recente de distribuição de arte dissidente, porque tais práticas culturais ativistas adotam todos os meios à sua disposição para divulgar a palavra na esfera pública».

O *artivism*, como palco da imaginação e pensamentos humanos a favor de uma causa, não deixa de existir nos países onde a liberdade de expressão é condicionada, explica Sholette. Num regime autocrata como o da Bielorrússia, por exemplo, que recentemente obrigou um voo comercial a aterrar para prender um jornalista a bordo, o protesto através da arte também existe. Uma imagem projetada transformou um edifício inteiro num mural de protesto público temporário para que todos o pudessem ver. Tratou-se de uma imagem criada pela artista e designer bielorrussa, Anna Redko, projetada num prédio de apartamentos em Minsk. Redko reaproveitou um famoso póster soviético antifascista da Segunda Guerra Mundial, de Iraklii M. Toidze, 'A Pátria Chama', substituindo o rosto da figura pelo da líder de protestos bielorrussa encarcerada, Maria Kolesnikova. Por segurança, os responsáveis pela projeção desta obra de arte pública têm de permanecer anónimos.

Sholette cita outro emblemático exemplo, levado a cabo pelo coletivo de arte britânico Liberate Tate, que realizou seis anos de ações em protesto contra as contribuições financeiras da British Petroleum (BP) ao Museu Tate, incluindo banhar um voluntário com uma gosma espessa parecida com alcatrão no meio do museu. Embora o Liberate Tate nunca tenha sido diretamente reconhecido pelo sucesso do seu ativismo artístico, em 2016 o museu britânico anunciou abruptamente o fim de sua afiliação com a BP.

UMA MENSAGEM QUE ATRAVESSA O TEMPO

A arte reflete o status quo da sociedade. Seja através de uma música, escultura, cartoon, pintura ou filme, chama a atenção das massas para as causas do momento. Susana C. Gaspar, coordenadora do projeto Artes pela Amnistia, organizadora da Conferência e investigadora nesta área, refere-as

como «meio privilegiado para a criação de empatia, que nos aproxima uns dos outros. E a empatia é essencial para querer um mundo melhor».

Um mundo que atravessa atualmente tempos difíceis, com os direitos humanos a serem amplamente atropelados. Racismo, autoritarismo, misoginia, alterações climáticas... A sociedade responde com movimentos como o *Black Lives Matter* ou o *Fridays for Future* e a arte reflete-os em múltiplas mensagens artísticas.

Mas, para além de mimetizar a atualidade, a arte perdura como mensageira de um determinado tempo. Susana C. Gaspar cita exemplos: «Uma das obras mais emblemáticas de Pablo Picasso é a pintura "Guernica", que ainda hoje, nas paredes de um museu, nos faz pensar em todas as atrocidades e guerras que ainda acontecem globalmente. Recordo também a música "Sunday Bloody Sunday", dos U2, mas muitos mais exemplos poderiam ser partilhados. Se calhar, todos nós nos lembramos de um filme que nos tenha comovido e até impellido à ação, ou de uma música, ou de um espetáculo de teatro».

As mensagens perduram pela arte, hoje em dia, são até potenciadas pelas redes sociais, muito rápidas a mobilizar pessoas. «Mas seria um erro pensar que esse fenómeno é totalmente exclusivo do século XXI. Artistas ativistas sempre fizeram uso de novas tecnologias de reprodução e transmissão para expandir a difusão das suas mensagens, prática esta tão antiga quanto as próprias formas culturais socialmente engajadas», ressalta Sholette.

Tão antiga como a humanidade, o seu tocar emocional é vital para a humanização das pessoas e respeito pelos direitos mais fundamentais. Assim, «um país sem cultura é um país com uma democracia sob ameaça ou até mesmo sem democracia», finaliza Susana C. Gaspar.

Presidência Portuguesa: uma travessia no meio da tempestade

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia chega ao fim, num mandato de seis meses encabeçado pelo primeiro-ministro António Costa. Arrançou num tempestivo mês de janeiro, com uma vaga da COVID-19 plenamente instalada na Europa, e decorreu durante um semestre particularmente desafiante para todos. Os direitos humanos, amplamente afetados durante a pandemia, estiveram várias vezes em cima da mesa. Que balanço podemos fazer do que foi feito em sua defesa?

© Photo by Christian Lue on Unsplash

A 1 de janeiro de 2021, Portugal dizia que era «Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital». Estava a abraçar o desafio de levar a bom porto o mandato da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, até 30 de junho de 2021, em plena pandemia, com a economia de rastos, a população desgastada e uma nova vaga da COVID-19 a ensombrar toda a Europa.

Assim, por esta altura, os direitos humanos estavam em cima da mesa como tema crítico, pois são um dos pilares fundamentais da União Europeia. «A resiliência da UE assenta, também, na defesa dos seus valores fundamentais. Nesse sentido, iremos promover a defesa e consolidação do Estado de direito, o combate a todas as formas de discriminação, o

pluralismo dos média e o combate à desinformação», prometia o programa na altura.

Vivemos, de facto, uma época particularmente difícil para toda a humanidade. Por causa da pandemia, muitos direitos humanos têm sido atropelados e divergiram do seu rumo evolutivo, com retrocessos a verificarem-se um pouco por todo o mundo, incluindo na Europa. Foi neste contexto desafiante que a Presidência Portuguesa assumiu as rédeas. Assim, no início da Presidência, a Amnistia Internacional escreveu aos líderes portugueses a pedir que garantissem que os direitos humanos fossem colocados no centro da agenda europeia e na relação com países terceiros. Finda a jornada, e com a ajuda de Maria Lapa, diretora de



investigação e *advocacy* da Amnistia Internacional Portugal, fazemos agora uma avaliação do mandato da Presidência Portuguesa sobre vários temas de direitos humanos que estiveram na agenda neste semestre.

LUTA PELA IGUALDADE DE GÉNERO SEM VITÓRIAS

O mandato de Portugal coincidiu com a celebração dos 10 anos da Convenção de Istambul, no âmbito da qual foi organizada uma conferência de alto nível sobre violência contra as mulheres na União Europeia. «Assiste-se neste momento na Europa a um movimento de repressão dos direitos das mulheres e a uma resistência à Convenção de Istambul, que tornam a adesão plena da UE a este instrumento cada vez mais importante. Numa nota positiva,

a Conferência sobre os 10 anos da Convenção de Istambul ajudou a pôr o assunto na agenda europeia», ressalta Maria Lapa. Contudo, «não parece haver progressos significativos quanto à adesão de mais Estados-membros à Convenção, o que é preocupante».

No decorrer da Presidência, um novo relatório do Instituto Europeu para a Igualdade de Género concluiu que as quotas podem impulsionar a igualdade de género em lugares de decisão nas várias esferas de intervenção da sociedade, especialmente na política e nos negócios, onde o sexo feminino está presente em apenas 33% e 19%, respetivamente. Neste período, Portugal também quis desbloquear as quotas de género nos conselhos de administração das empresas. Porém, segundo a própria ministra de Estado

e da Presidência, este é um dossier de consenso difícil a nível europeu.

Outros debates se fizeram à volta do papel das mulheres, como o webinar internacional 'Igualdade de género como fator de recuperação'. Salienta-se, portanto, a reflexão nesta área, mas sem resultados práticos.

RETROCESSOS NA UE: OS CASOS DA POLÓNIA E DA HUNGRIA

Estamos a assistir ao retrocesso em alguns países no que aos direitos humanos diz respeito, onde se verifica um afastar das linhas que regem a UE. Na Polónia, por exemplo, o endurecimento da lei do aborto ou as restrições à liberdade de imprensa têm merecido críticas dos outros Estados-membros e de organizações humanitárias.



© Grzegorz Żukowski

EUROPA CONTRA A OPRESSÃO NO MUNDO

Olhando agora para o resto do mundo, durante esta presidência, continuaram as perseguições da China aos Uigures, as atrocidades em Cabo Delgado, o conflito em Myanmar, a perseguição da Rússia aos seus opositores, entre muitas outras violações dos direitos humanos.

Assiste-se, aliás, a um agravar de posições a cobro da pandemia. Um relatório lançado em fevereiro de 2021 pela Human Rights Watch dá conta de que pelo menos 83 governos usaram a pandemia da COVID-19 para justificar a violação do exercício da liberdade de expressão e de reunião pacífica. Neste âmbito, as autoridades atacaram, detiveram, processaram e, em alguns casos, mataram críticos. «A União Europeia tem um papel importantíssimo na promoção e defesa dos direitos humanos, e apesar de se pronunciar sobre todos os problemas de um modo geral, a verdade é que outros interesses muitas vezes impedem que use todos os mecanismos à sua disposição», salienta Maria Lapa.

De salientar, no decorrer desta presidência, a entrada em vigor do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, um novo instrumento financeiro que visa aumentar a capacidade de prevenção de conflitos e de preservação da paz. Até 2027, a UE poderá contar com cerca de cinco mil milhões de euros para ajudar os países parceiros em operações de manutenção da paz. Também foi discutida a 27 a nova Abordagem Estratégica contra o Tráfico de Seres Humanos (2021-2025) da EU.

MENOS EXTREMISMO, MAIS IGUALDADE

Durante a Presidência, em vários encontros debateram-se os problemas que assolam a Europa e o mundo e que promovem desigualdades. A primeira Cimeira Europeia Contra o Racismo, por

Também na Hungria o controlo autoritário do governo de Viktor Orbán e o ataque a minorias sexuais estão a afastar o país dos direitos humanos defendidos a 27. A Amnistia Internacional fez várias recomendações à Presidência sobre esta matéria, não só pela degradação do Estado de direito e dos direitos humanos nestes dois países, mas também pela mensagem que isso passa ao resto do mundo. Na realidade, «que legitimidade tem a UE de exigir que não sejam violados os direitos humanos em países terceiros, se

permitir que tal aconteça no seu território?», questiona Maria Lapa.

Uma das atividades mais visíveis da Presidência Portuguesa neste tema foi a organização da Conferência de Alto Nível sobre o Estado de Direito na Europa. No âmbito da conferência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que a Presidência Portuguesa iria avançar com os procedimentos contra a Polónia e a Hungria por possíveis violações aos valores fundamentais da UE, ao abrigo do artigo 7º do Tratado da União Europeia.

exemplo, quis enviar um ‘forte sinal’ da UE contra a discriminação. A Ministra de Estado e da Presidência reiterou o empenho no avanço do Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025. O plano prevê que cada um dos 27 Estados-Membros adote planos nacionais contra o racismo e a discriminação racial até ao final de 2022.

Na mesma linha, a Conferência de Alto Nível sobre Proteção contra Discriminação Racial e Intolerância Relacionada quis promover os valores democráticos europeus. A Ministra da Justiça apelou a um compromisso coletivo de combate ao racismo e à xenofobia, sublinhando que «parece ter-se refundado, em pleno século XXI, uma doutrina de demonização do diferente».

Porém, foi a Cimeira Social do Porto o ponto alto da Presidência Portuguesa, com a qual pretendeu marcar a agenda europeia para a próxima década, garantindo que enfrentamos os desafios «sem deixar ninguém para trás». Com o emprego como tábua de salvação da pobreza, assumiu-se o compromisso de trabalhar para que, em 2030, perto de 80% da população entre os 20 e os 64 anos tenha emprego.

Ao mesmo tempo que víamos chegar mais migrantes de África à costa europeia, negociou-se o novo Pacto de Migração e Asilo, que visa dar uma resposta adequada e sustentável à questão da migração para a Europa.

BALANÇO FINAL POSITIVO COM ALGUMAS NOTAS NEGATIVAS

No final, Maria Lapa faz um balanço positivo: «Ao longo deste semestre, houve esforços notáveis da Presidência Portuguesa em criar espaços de discussão sobre importantes temas de direitos humanos».

Outra nota positiva foi o foco dado ao tema das alterações climáticas, algo com forte impacto em direitos humanos, nomeadamente através do acordo alcançado entre o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu sobre a Lei Europeia do Clima.

No que diz respeito à política externa da UE, foi positivo o papel facilitador do Encontro de Líderes UE-Índia em maio, que representou uma oportunidade de abordar questões de direitos humanos.

Porém, por vezes, os direitos humanos

foram subjugados a outros interesses, como aconteceu na questão da vacinação. «Gostaria, contudo, de ter visto mais coragem na atuação da Presidência e dos líderes europeus durante estes seis meses, com decisões que teriam um impacto imediato na vida de muitas pessoas, e o exemplo mais claro é o da vacinação. A União Europeia continua a não apoiar o levantamento das patentes das vacinas contra a COVID-19, mesmo depois de os EUA terem anunciado o seu apoio a esta medida», ressalta.

A responsável identifica também a reposta tardia ao problema de Cabo Delgado, bem como a questão da migração e asilo na Europa, que continua sem uma resposta adequada, como pontos menos positivos.

«Terminadas as responsabilidades da Presidência, Portugal deve então adotar uma postura mais audaz e ambiciosa quanto a temas de direitos humanos. Se existir vontade por parte dos decisores políticos, Portugal pode ser um país exemplar no respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos que fundamentam a UE, tanto a nível interno como nas suas relações externas», finaliza Maria Lapa.



Ler a entrevista completa a Maria Lapa, diretora de investigação e *advocacy* da Amnistia Internacional Portugal aqui: www.amnistia.pt/entrevista-diretora-investigacao-advocacy/

© Amnesty International



© John Nielsen/Amnesty International Denmark



DINAMARCA

A DINAMARCA NÃO DEVE OBRIGAR AO RETORNO DE REFUGIADOS SÍRIOS

Em 2019, a Dinamarca alterou a sua posição de país defensor da integração de requerentes de asilo para uma outra em que deseja devolver refugiados sírios ao seu país de origem.

Já foram analisadas cerca de 900 autorizações de residência de refugiados sírios e, pelo menos, 39, já tiveram a sua autorização de residência revogada, tendo sido colocados em “centros de devolução”, onde não lhes é permitido trabalhar ou continuar os estudos. Ficarão aí, separados das suas famílias, da sociedade dinamarquesa, dos locais de trabalho e escolas, numa verdadeira situação de incerteza quanto ao seu futuro, até porque o governo dinamarquês não tem relações diplomáticas com a Síria e, por isso, não pode devolver estas pessoas. Desta forma, as condições em que estes refugiados ficam, foram pensadas para que optem por regressar “voluntariamente” à Síria. Uma medida ilegal, ao abrigo do Direito Internacional.

A Síria permanece como um país inseguro. Caso regressem a um lugar que, atualmente, é controlado por forças do governo sírio (o mesmo que é responsável por violações de direitos) estas pessoas arriscam-se a serem vítimas de tortura, de execuções extrajudiciais ou de desaparecimentos forçados.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/dinamarca-refugiados-siria/

© FIFA via Getty Images



QATAR

A FIFA DEVE DENUNCIAR OS ABUSOS DE DIREITOS HUMANOS NO QATAR

Os trabalhadores migrantes estão no centro do sonho qatari de organizar o Campeonato do Mundo de 2022. Mas, 10 anos depois da FIFA ter entregado a organização do torneio ao Qatar, milhares de migrantes continuam a ser explorados.

As recentes reformas laborais preconizadas não estão a ser implementadas de adequadamente, o que significa que muitas empresas ainda não estão a tratar estas pessoas de forma justa. Há empregadores que ainda têm o controlo sobre as vidas destes trabalhadores e podem obrigá-los a, por exemplo, ter de trabalhar longas horas ou impedi-los de trocarem de emprego. Quando os trabalhadores migrantes são explorados, é muito difícil conseguirem justiça ou compensação, além de que são impedidos de se juntarem a sindicatos, mesmo que queiram atuar coletivamente por melhores condições de trabalho.

Milhões de pessoas oriundas de países na Ásia ou em África viajaram para o Qatar à procura de um futuro melhor e este mundial de futebol não seria possível sem elas. É por isso que a FIFA tem de estar à altura das suas responsabilidades e usar toda a extensão da sua influência para que os direitos humanos torneio sejam respeitados.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/qatar-mundial-trabalhadores-migrantes/



GLOBAL / EMPRESAS FARMACÊUTICAS

VACINAÇÃO UNIVERSAL COVID-19: UMA DOSE DE IGUALDADE!

Todas as pessoas no mundo deveriam ter acesso à vacina contra a COVID-19, independentemente de quem são, de onde vêm ou de onde vivem.

Contudo, algumas das decisões das empresas farmacêuticas e dos países mais ricos significam que é improvável, este ano, que milhões de pessoas recebam pelo menos uma dose das vacinas, apesar do grande investimento dos contribuintes para as desenvolver e produzir.

Mas é possível mudar esta situação! Se as empresas farmacêuticas se juntarem ao COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP), uma iniciativa da OMS, será possível reunir dados e conhecimentos, e depois licenciar a produção e transferência de tecnologia para outros potenciais produtores, agilizando o acesso às vacinas. No entanto, até ao momento, nenhuma farmacêutica aderiu à C-TAP.

Está na hora das empresas farmacêuticas e os Estados cumprirem as suas obrigações de direitos humanos. Empresas como a AstraZeneca, a Pfizer, a BioNTech e a Moderna devem partilhar o seu conhecimento e tecnologia, para que as pessoas em todo o mundo possam ter uma oportunidade justa de se vacinar. Apenas assim nos aproximaremos mais do fim desta pandemia: quando todos estivermos a salvo.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/peticao-vacinacao-universal-covid-19/



CHINA

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE NA CHINA

Uma das mais recentes investigações da Amnistia Internacional demonstra que uigures, cazaques e outras minorias étnicas predominantemente muçulmanas na Região Autónoma uigur de Xinjiang, na China, enfrentam prisão em massa, tortura e perseguições, organizadas pelo Estado e que constituem crimes contra a humanidade. O relatório apresenta mais de 60 casos de pessoas que se julga estarem detidas.

As autoridades construíram um sofisticado sistema de vigilância e uma vasta rede de centenas de centros de “transformação-pela-educação” na região. Aqui, a tortura e outros maus-tratos são sistemáticos, e os aspetos da vida quotidiana são regulamentados, num esforço para impor os ideais do partido comunista chinês e de uma nação secular e homogénea.

O destino de centenas de milhares de detidos não é conhecido. É possível que muitas pessoas permaneçam em detenção nos campos, outras foram condenadas a longas sentenças de prisão e há provas de aumentos significativos nas sentenças de prisão, e uma construção significativa de novas prisões em Xinjiang desde 2017. Outras ainda foram transferidas para ambientes de trabalho forçado ou coercivo.

Todas estas pessoas devem ser libertadas imediatamente.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/china-liberdade-detidos-xinjiang/

O Acolhimento não é apenas receber pessoas

O Fórum Refúgio Portugal tem vindo a observar que o programa de asilo nacional está sobretudo alinhado com o acolhimento e não tanto com a integração. O programa nacional de acolhimento a pessoas refugiadas não detalha o que vão fazer durante os 18 meses do acolhimento inicial, mencionando apenas tópicos genéricos, como por exemplo emprego, alojamento, aprendizagem da língua, acesso à saúde, etc.... Por causa disso, as pessoas passam por um programa de 18 meses sem um esquema de atividades concretas que as prepare e, portanto, facilite a sua autonomia e ação. Este modelo tem levado a múltiplos desafios, sobretudo na fase designada; “the phasing out”, após o término do financiamento público disponibilizado.

Os desafios diários enfrentados pelas pessoas em situações de refúgio, nos seus processos de inclusão social, relacionam-se com a falta de um plano de integração holístico que oriente todas as instituições de acolhimento, incluindo a participação das próprias pessoas em situação de refúgio, as associações que as representam e a sociedade civil. Para ter bons resultados, o programa de acolhimento inicial deve potenciar a autonomia e a sustentabilidade para além do seu período de vida. As dificuldades que observamos no terreno têm a ver com múltiplas barreiras de acesso a serviços públicos e institucionais, muitas vezes por entraves burocráticos, impossibilidade de reconhecimento das competências já adquiridas nos países de origem, ausência de recursos de capacitação para promover a formação profissional e a empregabilidade, limitações nos apoios sociais, entre outros; com fortes consequências nas vidas das pessoas em situação de refúgio e das suas famílias.



ALEXANDER KPATUE KWEH

Membro fundador da Associação de Refugiados em Portugal
Vogal da associação União de Refugiados em Portugal
Coordenador do Fórum Refúgio Portugal

“Os desafios diários enfrentados pelas pessoas em situações de refúgio, nos seus processos de inclusão social, relacionam-se com a falta de um plano de integração holístico que oriente todas as instituições de acolhimento, incluindo a participação das próprias pessoas em situação de refúgio, as associações que os representam e a sociedade civil.”

Por outro lado, a falta de um plano de integração efetivo e de um guia de procedimentos a seguir durante o período inicial de 18 meses, coloca as próprias instituições de acolhimento numa posição difícil na execução dos seus trabalhos durante esse período de tempo, e que causa uma grande falta de confiança entre as pessoas acolhidas e as instituições de acolhimento. A relação entre os pares está a deteriorar-se massivamente, devido ao insucesso, após a fase inicial de acolhimento, no qual as pessoas são forçadas a uma posição de autonomia que não existe por falta de preparação.

As pessoas em situação de refúgio, muitas vezes, querem começar o processo da reconstrução das suas vidas quando chegam a Portugal, mas têm dificuldades em garantir apoio na sua independência, tornando-se, durante muito tempo, automaticamente dependentes do sistema de apoio social. Apoios esses que não são suficientes para cobrir as despesas mensais e que podem ser cortados a qualquer momento, por ausência de documentação válida, devido a demora no SEF, ou por não terem comparecido numa marcação dos serviços de apoio social. No terreno aprendemos que os serviços costumam mandar cartas às pessoas numa língua que eles (refugiados) não sabem ler e, também, por mudança usual de habitação, fazendo com que, em alguns casos, as cartas das instituições sociais não cheguem no tempo certo.

 Continuar a ler em:

www.amnistia.pt/alexander-kpatue-kweh/

Os prisioneiros que não esqueceremos

Na edição passada da revista Agir cometemos, talvez, um erro. Num friso cronológico que percorria os 60 anos da Amnistia Internacional referimos os dois estudantes portugueses que foram detidos por brindarem na rua à Liberdade em 1960, em Portugal. Diz-se que foi ao ler uma notícia sobre eles que Peter Benenson teve a inspiração para escrever o artigo publicado a 28 de maio de 1961 no jornal “The Observer” com o título “The Forgotten Prisoners”, artigo sob o qual a Amnistia Internacional é fundada.

Infelizmente já não é possível confirmar com Peter Benenson a veracidade da leitura desta notícia e o artigo não os menciona. Já houve quem pesquisasse por jornais portugueses e britânicos referências a jovens presos por brindarem à liberdade nesse ano de 1960 e não foram encontradas notícias. Houve quem questionasse o autor já perto do final da sua vida e este já não se recordava.

Assim, não tendo como ter a certeza desta história, procuramos não a alimentar. A magia de pensar que foi aqui a motivação para a ação inicial é boa e podemos aprender com este mito, podemos ganhar forças e pensar nas vitórias destes últimos sessenta anos com a responsabilidade de quem sabe que não pode parar e que a vela não se pode apagar.

Inspirador, este mito, cresceu. Chegou ao ponto impossível de se extinguir. Ocasões houve em que cheguei a ouvir o alegado local da detenção e até o número de anos a que foram condenados. Mas a verdade é que esses dados não são conhecidos. É em nome do rigor, à maneira e modo de trabalhar da Amnistia Internacional, que o refiro. Não sabemos se foi de facto verdade ou não. No entanto, fiquemo-nos pela lição, próxima e interpelante. Isso basta para olharmos o futuro.



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“Os ativistas sabiam que os governos não atuam sempre que devem; e sabiam que foi pela pressão pública e mediática que cem anos antes os escravos se emanciparam.”

O artigo “the forgotten prisoners” não fala dos estudantes portugueses, mas fala de seis prisioneiros de consciência – expressão cunhada pela Amnistia Internacional – que iam ser parte de uma campanha chamada “Appeal for Amnesty, 1961” levada a cabo por Peter Benenson entre outros ativistas advogados, escritores e editores. A campanha tinha uma metodologia simples, ainda hoje eficaz: escrever cartas aos opressores para os pressionar a libertar aquelas pessoas. Esses seis prisioneiros eram homens de várias regiões do mundo e com várias proveniências ideológicas, políticas e religiosas. Não tinham cometido qualquer crime além de exercer o seu pensamento e, em liberdade, o expressar. Um deles era Agostinho Neto. O médico e poeta

angolano foi mesmo o primeiro a ser referido no artigo que denunciava a forma como tinha sido detido e arrastado de sua casa pela polícia política portuguesa, junto da sua família, e levado para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, sem qualquer acusação formalizada ou julgamento.

Pouco tempo depois, aos ativistas britânicos juntaram-se ativistas de outros países dedicados à mesma campanha. É assim que que o Apelo por Amnistia se passa a chamar Amnistia Internacional.

Os ativistas sabiam que os governos não atuam sempre que devem; e sabiam que foi pela pressão pública e mediática que cem anos antes os escravos se emanciparam. Em 1961 era chegada a hora para que o mesmo acontecesse face à mente e às ideias, em liberdade.

Mesmo que hoje não consigamos provar o mito fundador acerca de dois estudantes portugueses, sabemos que estamos na fundação e sabemos o caminho que percorremos desde então! Sabemos as razões humanitárias com que trabalhamos e sabemos que hoje, talvez até com maior urgência e importância que então, temos de manter o nosso rigor, a nossa independência, a nossa metodologia de trabalho para que da escuridão do arame farpado, surja sempre a luz de uma vela que nunca se apaga.

É, pois, tempo de regressos – o tema desta edição da revista Agir – regressos à História, às origens, ao sentido fundacional para perceber nele o mundo de hoje e para intuir em nós o futuro que desejamos e pelo qual trabalhamos: um futuro de esperança, numa visão de um mundo onde todas as pessoas usufruam de direitos humanos.

ESTUDAR AQUI!

Com o Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra – Filho, Porto, como pano de fundo, a exposição de fotografia Estudar aqui! é uma narrativa em três tempos: passado, presente e futuro.

Com os/as alunos/as do 8ºD e os/as antigos/as alunos/as do “Leonardo”, revisitamos, durante dois meses, o que foi, debruçamo-nos sobre o que é, e refletimos sobre o que queremos que seja. Esta exposição mais do que nos contar as suas histórias, revela-nos as pessoas. Compromete-nos a parar, a escutar e olhar.

Com registos de Paulo Pimenta, Carla Folha, Flávio Fernandes, Gabriela Ribeiro, Ivan Reis, Lúcia Loureiro, Rai Ferrão, Rafael Silva, Serena Campos e Paulo Lemos, a fotografia surge como um ponto de partida para este diálogo entre o espaço e o tempo, entre relações e interações, entre histórias de vida e desafios da pessoa e da comunidade. Centrado na memória e na identidade da escola, cada “disparo” é a escolha de uma emoção, que transmite uma mensagem, criando espaço para a manifestação de opiniões e inquietações.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie descreve bem o sentimento: “As histórias são importantes. Muitas histórias são importantes. As histórias têm sido usadas para desapropriar e tornar maligno. Mas as histórias também podem ser usadas para dar poder e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo. Mas as histórias também podem reparar essa dignidade quebrada. Quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos de que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso.” E com mais de 30 anos de existência, muitas são as histórias que o Leonardo acolhe.

Integrada no projeto ACT – Aprender Com Todos, no Porto, a exposição Estudar Aqui! foi desenvolvida em parceria com a Rede Inducar, Maria João Mautempo, e o fotógrafo Paulo Pimenta.



www.amnistia.pt/outros-olhares-estudar-aqui/







*Flávio Fernandes sobre imagem
de Paulo Pimenta*



Paulo Pimenta



Paulo Pimenta



Paulo Pimenta



Rafael Silva



Paulo Pimenta



Paulo Pimenta

 Continuar a ver em:

www.amnistia.pt/outros-olhares-estudar-aqui/

GRANDE ENTREVISTA

CARTOGRAFIA DA CRISE ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO DE ANGOLA

ENTREVISTA A JACINTO PIO
WACUSSANGA, SOCIÓLOGO,
SACERDOTE E MESTRE EM
ESTUDOS DE PAZ.



O seu espírito combativo despertou quando era ainda criança e Angola acordava para os primeiros conflitos de uma longa guerra. Sociólogo, sacerdote e mestre em estudos de paz, Jacinto Pio Wacussanga nasceu no município de Chipindo, em Huíla. É nesta província que a sua missão de evangelização cruza o universo pastoral com o associativismo. Nesta entrevista, expõe a dicotomia de um país que detém as maiores concentrações de riqueza enquanto pessoas morrem de fome todos os dias. Para Padre Pio, a fratura exposta desta crise alimentar está na região sul.

Como começou a trabalhar na província de Huíla?

Em 1975, a chegada da guerra a Angola teve um grande impacto em mim. Tinha dez anos e vi muitos a partir em missão para Portugal enquanto as pessoas lamentavam que não tínhamos missionários. Foi aí que comecei a ponderar se queria ser padre. Entrei para o seminário médio e daí fui para Luanda onde

estudei filosofia e teologia. Em 1994, criei uma associação dedicada ao desenvolvimento e à reconciliação nacional chamada ALSA - Associação Leonardo Sikufindi Shalom Angola, mas, no ano seguinte, fui ordenado padre e mudei-me para Huíla onde fiquei colocado. Percebi que havia muitos conflitos por causa de terrenos e centrei os meus esforços na defesa da terra e do meio ambiente dos



© Amnesty International



© Amnesty International

© Amnesty International/Anna-Lisa Apprecht

agro-pastores. Comecei pelo trabalho de empoderar e dar formação. Promovemos intercâmbios para fortalecer as comunidades e depois, passámos à advocacia direta. A Missão de Santo António dos Gambos é um espaço onde as pessoas são acolhidas, mas quem proporcionava uma base legal, técnica e institucional era a associação. Diria que os pastores venceram 99% dos casos que enfrentaram com o nosso apoio.

Que tipo de violações estão na base das denúncias que tem feito durante os seus 25 anos de sacerdócio?

Em 2003, através da associação Construindo Comunidades, relatámos o caso do gerente de uma fazenda com cárceres privados onde aconteciam torturas. Naquela altura, o partido no poder estava muito forte e quem enfrentasse um ministro, arriscava a própria morte. Fizemos

uma conferência de imprensa e denunciámos tudo o que estava a acontecer. No final desse ano, chegou-nos a informação que havia fazendeiros que violaram meninas pobres que procuravam trabalho. Um engravidaram e quanto a outras, as mães disseram que nas fazendas lhes deram medicamentos para abortarem. Denunciámos também este caso. A lista das meninas chegou a ter 50 nomes e foram prestados depoimentos para formalizar o processo. Como envolvia alguns governantes com cargos altos, o próprio Presidente da República ficou assustado e enviou a diretora do Instituto Nacional da Criança, a Dra. Eufrazina Maiato. Pensámos que o processo iria avançar, mas o impacto da denúncia das torturas juntamente com a denúncia da violação das meninas, algumas menores de idade, foi demasiado.

Que repercussões teve a vossa atuação?

A perseguição multiplicou-se. Não havia espaço para conseguir sobreviver. O arcebispo alertou-me que estavam atrás de mim e que eu podia ser abatido a qualquer altura. Comecei a procurar a possibilidade de ficar algum tempo fora do país quando fiquei a saber que a embaixada do Reino Unido em Angola tinha bolsas. Em 2004, fui para a Universidade de Bradford tirar um mestrado em “Estudos da Paz” e, em 2005, o processo das torturas foi a tribunal. O fazendeiro foi condenado a 28 anos de prisão, mas o ministro foi exonerado do cargo porque fez muito barulho. Quando regresssei, em 2006, fiquei em Luanda porque o ambiente em Huíla ainda estava muito fresco. Em 2010, estava para voltar para Inglaterra para prosseguir com os meus estudos e tirar o doutoramento em “Gestão de Conflitos”, quando se deram os desalojamentos massivos no Lubango e acabei por ficar a dar assistência.

Considera que os desalojamentos massivos precipitaram o estado de crise que Angola vive hoje?

Sem dúvida. Os governantes que têm capital acumulado são detentores de grandes parcelas de terra em toda Angola. Têm acesso livre à banca e a empréstimos, o que prejudica as leis domésticas e internacionais. Em especial o artigo 37 da Constituição que contempla a necessidade de proteger e respeitar os direitos das comunidades rurais. Estas comunidades têm aproximadamente 96% de todo o efetivo bovino do semiárido angolano que compreende as províncias de Huíla, Namibe, Cunene e Benguela. Quem assaltou as terras pertence a uma elite de fazendeiros e empresários ligados ao sistema político e económico que se foi agigantando até alcançarmos o atual estado em que uma boa parte da terra foi expropriada. Em 2012, começou a crise climática com estiagens e fome a prolongarem-se até 2016. Depois tivemos um intervalo, mas em 2019 sofremos uma nova vaga e agora vivemos uma outra mais cruel. Por um lado, apesar de já haver secas cíclicas, temos a fome causada pelas alterações climáticas que trouxeram todas estas estiagens prolongadas. Por outro, o assalto das terras para exploração pecuária em massa causou um agravamento ainda maior das condições ambientais e da vida das comunidades rurais.

Que trabalho está a desenvolver para fazer frente a esta crise?

Criei a Ovatumbi, uma associação de pastores e criadores tradicionais para promover a defesa da terra e fomentar a partilha de conhecimento. Estamos a ajudar as comunidades a plantar milho híbrido, feijão frade, abóboras e outras sementes. E estamos a angariar doações para apoio comunitário a idosos, doentes, mulheres e todos aqueles que precisam de alimentos. Por via da associação, estamos a seguir um plano de advocacia para apelar ao governo que cumpra com o



direito humano à alimentação adequada. O Estado tem a obrigação de proteger, mas, até agora, ainda não se envolveu para ajudar as pessoas que estão com fome. Dentro em breve, vamos até Luanda pressionar o governo a respeitar os pressupostos internacionais previstos pelo Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Em 2018, tornou-se numa das vozes ativas que mais se manifestou

publicamente sobre a urgência da declaração de estado de emergência no sul de Angola. Quais foram as principais transformações a que assistiu desde então?

Os progressos, infelizmente, são muito tímidos. Em 2019, o presidente visitou as províncias do Namibe e do Cunene durante o pico da crise alimentar. Prometeu construir canais e algumas condutas de água, mas, infelizmente, uma grande



parte dos fundos destinados para sistemas de aprovisionamento de água desapareceram e até agora, as pessoas continuam sem água. O nosso plano de advocacia pretende conseguir que o governo declare o estado de emergência para a região sul. Se o presidente o fizer, automaticamente a comunidade internacional desperta. As agências internacionais envolvem-se, fazem um mapeamento das vulnerabilidades

e prestam assistência. Queremos fazer um mapeamento dos espaços na região sul que foram assaltados e dos recursos do semiárido angolano. Isto inclui as terras, as fontes, os espaços de alimentação especial que são a chamada suplementação mineral e os corredores de transumância que o gado percorre.

De que forma podem os ativistas e a comunidade internacional ajudar

a defender os direitos humanos das comunidades do semiárido angolano?

As organizações internacionais devem colocar pressão sobre os grandes doadores como a União Europeia. Temos estado a assistir a uma exclusão silenciosa de atores locais na implementação de projetos. Para além das linhas de direitos humanos, a maior parte das organizações também trabalha com linhas comunitárias, de forma direta ou indireta, através dos seus parceiros locais. São eles que dominam todo o conhecimento endógeno e todo o tipo de capital. O capital social, económico, ambiental, material e imaterial. Sem o conhecimento deste capital, os projetos implementados por grandes organizações estão fadados ao fracasso. Quando os atores locais concorrem a estes financiamentos, em geral, ouvem a resposta de que não têm capacidade para implementar projetos. Mas, e se passarem a investir nas capacidades de implementação das comunidades?

Qual é a principal prioridade de Angola?

A maior prioridade é o investimento em sistemas comunitários de segurança alimentar. Como o recém reeleito secretário-geral das Nações Unidas, Dr. António Guterres, tem alertado, a crise climática acarreta um grande impacto para o futuro. De Cabinda ao Cunene, são bem conhecidas as imagens de pessoas que esperam por contentores para recolher alimentos. Vemos desde gente bem vestida a crianças. O direito à segurança alimentar é essencial porque está ligado a tudo. Ao meio ambiente e a todos os direitos que, neste momento, são negligenciados em Angola. Os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos. Perante as políticas proibicionistas de muitos estados e a falta de esperança de muitas comunidades, precisamos de nos unir. Precisamos de sonhar um mundo para a nova geração que está a brotar onde as relações humanas sejam mais justas.

Ataques contra residências em Gaza devem ser investigados como crimes de guerra

Durante grande parte do passado mês de maio o conflito entre Israel e Palestina sofreu mais um episódio terrível, com confrontos, bombardeamentos, destruição e morte, sobretudo de civis incapazes de se defender. Mais do que encontrar culpados, a Amnistia Internacional acompanhou, a par e passo, toda a situação, estando unicamente do lado de quem mais sofre, mas sempre com sentido crítico, numa guerra claramente desproporcional.

A 19 de maio, dois dias antes do cessar-fogo, a Amnistia Internacional denunciou números tão reais como assustadores: O número de mortes em Gaza apontava para, pelo menos 198 palestinos, incluindo 58 crianças e mais de 1.220 feridos. Em Israel, dez pessoas foram mortas, incluindo duas crianças, e pelo menos 27 pessoas feridas por ataques palestinos.

O CASO DE JERUSALÉM ORIENTAL

No entanto, a primeira denúncia surgiu a 11 de maio, quando a Amnistia relatou que as forças de segurança israelitas usaram força de forma repetida, injustificada e excessiva, contra palestinos em Jerusalém Oriental ocupada, nos quais, em quatro dias seguidos de violência, 840 pessoas ficaram feridas.

A Amnistia apelou às autoridades israelitas locais que parassem os desalojamentos forçados no bairro

de Sheikh Jarrah e acabassem com a contínua expulsão de palestinos de Jerusalém Oriental: “A Amnistia recolheu provas que revelam um padrão arrepiante do uso de força abusiva e arbitrária pelas forças israelitas contra manifestantes palestinos maioritariamente pacíficos nos últimos dias”, disse Saleh Higazi, diretor-adjunto para o Médio Oriente e Norte de África da Amnistia Internacional.

“Investigadores da Amnistia Internacional testemunharam conduta deplorável por parte de forças de segurança em Sheikh Jarrah, como ataques inteiramente não provocados contra quem defendia, de forma pacífica, os seus direitos e apelava ao respeito do direito internacional. Em vez de violarem ainda mais os direitos dos residentes de Sheikh Jarrah e de ativistas solidários, as autoridades israelitas devem parar imediatamente as expulsões forçadas”, disse, na altura, Saleh Higazi.



A NECESSIDADE DE PROTEGER OS CIVIS

A 12 de maio, a Amnistia apelava às duas partes do conflito que soubessem respeitar os civis, que nos dias anteriores tinham sido as principais vítimas. Num comunicado, a organização de defesa dos direitos humanos, assumia: “desde o passado dia 10 de maio, que grupos armados palestinos dispararam mais de 1.500 rockets contra a zonas de civis no centro de Israel contra cidades próximas à fronteira de Gaza, matando e ferindo civis. Por sua vez, as forças israelitas realizaram diversos ataques aéreos, causando morte e destruição, danificando e destruindo diversas habitações e um prédio de escritórios, em ataques direcionados, que equivalem a punição coletiva da população palestina. No total, pelo menos 53 pessoas, incluindo 14 crianças, em Gaza, e sete pessoas em Israel foram mortas nestes atos de violência.



Tanto as forças israelitas como os grupos armados palestinos cometeram crimes de guerra e outras violações de forma impune. Israel tem um histórico deplorável de ataques ilegais em Gaza, ferindo e matando, em ações que configuram crimes de guerra e contra a humanidade. Já os grupos armados palestinos também cometeram violações do direito internacional humanitário com impunidade, e a Amnistia tem condenado, de forma consistente, o lançamento de rockets, que por serem imprecisos, podem cair em zonas povoadas, constituindo um crime de guerra, colocando em risco, a vida de civis em ambos os lados da fronteira Israel/Gaza”, afirmou ainda Saleh Higazi.

ATAQUES A RESIDÊNCIAS

“As forças israelitas demonstraram um desrespeito preocupante pelas vidas de civis palestinos no seu conjunto de ataques

aéreos, nomeadamente a edifícios residenciais, em alguns casos matando famílias inteiras – incluindo crianças – e causando destruição injustificada de propriedade civil, ações que poderão equivaler a crimes de guerra ou crimes contra a humanidade”, disse, a Amnistia Internacional, num relatório datado de 19 de maio.

Segundo o direito internacional humanitário, todas as partes devem distinguir alvos militares e objetos civis, direcionando os seus ataques apenas para os militares. “Ataques deliberados a civis, a propriedades civis e infraestruturas civis são crimes de guerra, tal como os ataques com forças e cargas desproporcionais. O Tribunal Penal Internacional tem uma investigação ativa à situação na Palestina e deve investigar urgentemente estes ataques como crimes de guerra”, disse, por último, Saleh Higazi.

SITUAÇÃO TENSA APESAR DO CESSAR-FOGO

A 21 de maio o cessar-fogo foi declarado, fazendo respirar de alívio os civis dos dois lados da fronteira. Na altura, Josep Borrell, chefe da diplomacia da União Europeia, resumiu um sentimento global: “A União Europeia congratula-se com o anunciado cessar-fogo que põe termo à violência em Gaza e louvamos o Egito, o Qatar, as Nações Unidas, os Estados Unidos da América e outros que desempenharam um papel facilitador neste processo”.

No entanto, a situação mantém-se tensa em algumas das zonas problemáticas. Já a meio de junho, ainda que sem a gravidade anterior, existiram confrontos perto da cidade de Nablus, no norte da Cisjordânia ocupada, quando palestinos protestavam contra a construção de um colonato na zona de Eviatar e também outros confrontos na região de Jerusalém Oriental.



© DR

Paing Phyto Min em liberdade

Apesar do atual estado dos direitos humanos no Myanmar, também há espaço para a esperança. O jovem estudante e poeta, Paing Phyto Min, um dos casos da Maratona de Cartas de 2020/21 foi libertado no dia 17 de abril! Preso por, em 2019, ter criticado a atuação e das forças de segurança no país em peças de Thangyat - uma

forma de arte tradicional no Myanmar que combina música, poesia e comédia para comentar assuntos sociais do país - foi libertado na sequência de uma amnistia por parte das autoridades, e que envolveu 23.000 pessoas. Em todo o mundo foram recolhidas mais de 300 mil assinaturas em sua defesa, das quais mais de 19 mil são de Portugal.

Na Venezuela, o governo recuou nas ameaças a defensores de direitos humanos

Em março de 2021, o governo de Nicolás Maduro publicou um regulamento administrativo que exigia o registo de organizações não governamentais, com o objetivo de vigiar e supervisionar o trabalho destas. Este regulamento, conforme estava, impunha controlos abusivos que incluíam a indicação de todos os beneficiários e parceiros de trabalho. Caso não concordassem, estas organizações corriam o risco de serem acusadas criminalmente e de serem alvo de sanções ao abrigo da Lei contra o Crime Organizado e Financiamento de Terrorismo. Mas, em maio, as boas notícias chegaram: após a indignação da sociedade civil e da comunidade internacional, o governo venezuelano emitiu um novo regulamento, que reverteu as provisões do anterior.



© LicLauraRangel

Profissionais de saúde libertados no Egito

Na sequência do trabalho desenvolvido pela Amnistia Internacional relativo à proteção de profissionais de saúde no Egito, três médicos e um dentista foram finalmente colocados em liberdade! Os quatro foram injustamente presos por criticarem a resposta do governo à pandemia da COVID-19. Estavam acusados de “publicar informação falsa” e de “terrorismo”, mas milhares de pessoas em todo o mundo atuaram em sua defesa. A sua ação foi fundamental para este resultado.

Boas notícias para a liberdade de imprensa no Burundi...

Em outubro de 2019, quatro jornalistas foram presos no Burundi, após terem feito reportagens sobre o conflito entre as forças de segurança nacionais e grupos armados na província de Bubanza, no noroeste do país. Em abril, Agnès Ndirubusa, Christine Kamikazi, Egide Harerimana e Térrence Mpozen viram finalmente a sua liberdade ser restaurada, após um perdão presidencial. O trabalho desenvolvido pela Amnistia internacional, em conjunto com outras organizações, revelou-se decisivo para esse desfecho.



© Iwacu

...na Somália...

O jornalista Kilwe Adan Farah, da Somália, foi libertado após um perdão presidencial. Kilwe foi ilegalmente detido em dezembro de 2020, na sequência da cobertura jornalística aos protestos contra a má gestão do governo. Na sequência de um julgamento injusto, acabou por ser condenado a três anos de prisão. Apesar de estar liberdade, Kilwe nunca deveria ter passado sequer um dia atrás das grades.



© DR

© Kelsey Kremer, Des Moines Register

...E também nos Estados Unidos da América!

Em março, Andrea Sahouri, uma jornalista do Des Moines Register, que fazia a cobertura jornalística de protestos do movimento *Black Lives Matter*, foi considerada inocente por um tribunal no estado de Iowa. A jornalista tinha sido acusada por “não dispersar” e por “interferir com atos oficiais”. Caso tivesse sido considerada culpada, arriscava-se a uma multa e a ter de passar 30 dias atrás das grades. Felizmente, a justiça prevaleceu. Afinal, Andrea Sahouri estava simplesmente a fazer o seu trabalho.





© Martin Sanchez on Unsplash

GPS

Direitos Humanos em tempos de pandemia

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO EM 2020

O relatório anual da Amnistia Internacional sobre o estado dos Direitos Humanos no Mundo, publicado em abril, com uma análise abrangente e global a 149 países e territórios de todas as regiões do globo, alerta-nos de forma assertiva sobre as principais violações e atropelos aos Direitos Humanos.

Segundo os dados apresentados, a pandemia da COVID-19 expôs ainda mais as desigualdades sistêmicas já existentes. As mulheres e crianças, e pessoas tendencialmente marginalizadas, tais como as minorias étnicas, pessoas com deficiência e idosos, foram as que sentiram mais os seus efeitos, o que só aconteceu devido a “décadas de políticas discriminatórias por parte dos líderes mundiais”. Os profissionais de saúde também foram afetados pela pandemia, a par dos migrantes e trabalhadores com vínculos precários. Os primeiros, na linha da frente do combate à covid, sem equipamentos de protecção individual e meios e tratamento, e os segundos, muitas vezes enfrentando o desemprego, sem apoios sociais apropriados e regulares.

Nalguns locais, a pandemia serviu como desculpa a abusos por parte dos líderes, que a usaram para tomarem medidas que violam os direitos humanos, tais como as restritivas à liberdade pessoal, de expressão e de imprensa. Refugiados, requerentes de asilo e migrantes foram aprisionados em muitos países, alguns em campos com condições degradantes, enquanto outros ficaram retidos nas fronteiras.

O relatório dá ainda conta de um aumento generalizado da violência doméstica, com muitas mulheres e pessoas LGBTI a não conseguirem o apoio necessário “devido às restrições à liberdade de circulação, à falta de mecanismos confidenciais para



© SJ Objio on Unsplash

as vítimas denunciarem violência enquanto estão isoladas com os seus abusadores e à redução de capacidade ou suspensão de serviços”.

O documento traça ainda um cenário negativo ao nível das lideranças mundiais, “cuja gestão da pandemia foi marcada por oportunismo e desprezo total pelos direitos humanos”.

Outro alerta do relatório, diz respeito à atuação dos Estados que colocaram os interesses nacionais acima de qualquer acordo de cooperação internacional de combate à pandemia, na distribuição de vacinas, partilha de informação, ou apoio aos países em vias de desenvolvimento.

Uma boa notícia é que cada vez mais pessoas no mundo se juntaram a movimentos e grupos ativistas, lutando pela justiça e pelos direitos humanos, contra a repressão, maioritariamente estatal, neste período de pandemia.

EM PORTUGAL

O impacto da pandemia fez-se sentir em várias áreas, no entanto, as respostas do Governo à COVID-19 evidenciaram as “lacunas existentes

nos direitos à saúde e habitação”, deixando desprotegidos “alguns dos grupos mais vulneráveis da sociedade”.

Em março de 2020, Pedro A. Neto, diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, afirmou: “Estamos perante uma situação inédita, que exige medidas particulares. Em primeiro lugar, é necessário parar a propagação do vírus e proteger, especialmente, as pessoas mais vulneráveis. Neste esforço, lembramos que os direitos humanos devem ser o princípio de toda e qualquer medida.”

Contudo, a ausência de respostas centradas nos direitos humanos permitiu que várias situações graves tivessem ocorrido. Houve falta de material de proteção individual para os profissionais de saúde; o acesso a uma habitação adequada continuou a ser, para muitas famílias, inacessível; a proteção de pessoas sem-abrigo revelou-se de “fraca qualidade” e “insuficiente”; apenas foram recolocados 72 dos 500 menores não acompanhados da Grécia; a morte de um ucraniano após um espancamento por parte de agentes do SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras), expôs falhas na proteção de pessoas durante os procedimentos fronteiriços.

O relatório dá conta das preocupações expressas pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas da persistência de situações de racismo e discriminação, principalmente contra comunidades ciganas e pessoas de ascendência africana, bem como com situações de violência doméstica e de género. O relatório menciona ainda o caso de uma mãe que foi acusada pelo Ministério Público de submeter a sua filha a mutilação genital feminina, e ao ser levada a tribunal, tornou-se no primeiro caso deste tipo a ir a julgamento em Portugal.

“A Amnistia Internacional partilhou o relatório com o Presidente da República, Primeiro-Ministro e vários membros do Governo com responsabilidades nas áreas mencionadas no relatório, assim como a todos os partidos políticos com assento parlamentar. Foi também partilhado com Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e apresentadas as conclusões e recomendações do relatório.”



Continue a ler sobre o relatório em:

www.amnistia.pt/relatorio-anual-2020/

Maio de 1961

Foi há 60 anos que este movimento internacional começou e, hoje, somos já mais de dez milhões de ativistas espalhados pelo mundo. Milhões de pessoas que, juntas, lutam pela justiça, igualdade, liberdade - pelo cumprimento dos Direitos Humanos. Um número crescente de ativistas que tem consciência que, após seis décadas, a missão da Amnistia Internacional é cada vez mais urgente.

Nos últimos meses vimos o impensável continuar a acontecer – desde abril que milhares de pessoas protestam na Colômbia exigindo igualdade, a implementação de um acordo de paz e o fim das mortes de defensores de Direitos Humanos, e a Amnistia Internacional tem recebido relatos de detenções arbitrárias, tortura, violência sexual, desaparecimentos, uso excessivo de força; o caso do jornalista Roman Protasevich, e namorada, Sofia Sapega, que foram ilegalmente detidos pelas autoridades bielorrussas; em junho pudemos lembrar os 32 anos do massacre de Tiananmen – porque podemos, mas os cidadãos de Hong Kong foram reprimidos, pelas autoridades, na sua tentativa de homenagem pacífica. Devemos ainda ter presente o Relatório anual da Amnistia Internacional sobre a pena de morte em 2020, que relata as 438 execuções realizadas em 18 países.

Há mais exemplos, outros relatos, e tantos episódios.

É por isto, e neste sentido de urgência, que nos reforçamos.

A 8 maio, realizaram-se as eleições para os Órgãos Sociais da Amnistia Internacional Portugal. Um momento que junto a todos os membros de todo o país para que, finalmente, e em segurança, pudessemos votar. Assim, integram agora o Conselho Fiscal e de Responsabilização - Maria José Santos, David Ávila e Mariana Venceslau; na Direção, Patrícia Filipe - Presidente, Miguel Ferreira - Vice-Presidente, Sandra Pereira - Secretária, Cláudia Ferreira, Rosário Vieitas e Sofia Caseiro - Vogais, e Clara Duarte - Tesoureira; e, na Assembleia Geral, Armando Borlido, José Marcos Mavungo e Maria do Céu Pires.

É com muito orgulho que felicitamos os membros que agora se apresentam para continuar este trabalho voluntário na defesa dos Direitos Humanos, onde nos propomos aos desafios e às futuras celebrações.

É nesta senda, e com a certeza de que a nossa vela não se apaga, que a Direção irá trabalhar afincadamente nas prioridades para este ano, com uma visão estratégica no futuro: avaliar o cumprimento do Plano Estratégico em curso;



desenvolver o Plano de Crescimento; atualizar os Estatutos e as NEREOP; trabalhar com os membros as propostas à Assembleia Global; trabalhar para que o Centro de Direitos Humanos e nova Sede sejam uma realidade; e, ainda mais importante, elaborar o novo Plano Estratégico que irá ser a bússola dos próximos 7 anos (2021-2028).

Destacamos, também, que a Direção e o Diretor Executivo se fizeram representar no Fórum Regional Europa e Ásia Central que decorreu virtualmente entre os dias 21 e 23 maio. Este fórum é uma oportunidade para que as 26 secções, escritórios regionais e representantes da Direção Internacional se juntem para discutir temas, e trabalhem na coerência e coesão da região, promovendo aprendizagens e capacitação dos membros. Este fórum serve de preparação para a Assembleia Global do movimento, que terá lugar nos dias 11 e 12 de setembro, onde serão debatidas e votadas importantes propostas para o Movimento Internacional bem como a nova Estratégia Global.

Tudo isto se faz com a participação ativa dos membros, que serão novamente chamados a contribuir.

Contamos com todas e todos. Não baixe a caneta, não deixe a vela apagar, não perca a esperança.

Juntos/as, somos mais fortes.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



60
anos

UMA VELA QUE NUNCA SE APAGA.

Nos 60 anos da Amnistia Internacional, partilhamos consigo a vela que nunca se apaga.

Uma homenagem ao longo caminho de sonho e resiliência pelos direitos humanos e a todas as histórias de sucesso, às pessoas na vida das quais fizemos a diferença, mas também a uma luz que continuará acesa pela justiça, pela liberdade e pela humanidade em todos nós.

60anosdeesperanca.pt

O QUE SE ESTÁ A PASSAR EM **CABO DELGADO** É DESUMANO

O QUE JÁ CONSEGUIMOS FAZER

- ▮ Emitir alertas para a situação, desde o início do conflito.
- ▮ Documentar o *modus operandi* dos ataques e as partes envolvidas.
- ▮ Divulgar por todos os países do mundo o relatório “*O que vi foi morte*”.

OS PRÓXIMOS PASSOS

- ▮ Acompanhar a situação dos mais de 800 mil deslocados internos.
- ▮ Levar à justiça quem cometeu violações de direitos humanos.
- ▮ Lançar uma campanha eficaz para que estas pessoas não fiquem esquecidas.

AJUDE COM O SEU DONATIVO

www.amnistia.pt/emergencia-cabodelgado

Entidade: 21721

Referência multibanco: 066 000 003

Montante: **0** que puder

“**ELES REDUZIRAM CASAS
A CINZAS ATRAVÉS DE
ATAQUES COORDENADOS
DE FOGO POSTO, MATARAM
E DECAPITARAM CIVIS**”.



**AMNISTIA
INTERNACIONAL**

